



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0994/03	DATA: 23/07/03
INÍCIO: 10h27min	TÉRMINO: 13h	DURAÇÃO: 2h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h32min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 31
REVISÃO: Liz, Luciene Fleury, Rosa Aragão, Silvia, Tatiana, Víctor		
CONCATENAÇÃO: Amanda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA- Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções inaudíveis.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Estão abertos os trabalhos da presente reunião. Antes de passar à Ordem do Dia, vai ser distribuído um quadro aos Parlamentares — para quem não estiver presente enviaremos também aos gabinetes — de todos os requerimentos que nós já providenciamos e mandamos aos Presidentes das Juntas Comerciais, aos Procuradores, a todos os Procuradores-Gerais e as respostas que já foram encaminhadas. O Deputado que for autor de requerimento deve, pelo menos, procurar ver o teor dos documentos que chegaram, para dar uma lida, para tirar cópia. Ao mesmo tempo, nós temos agora vários órgãos federais que vão ajudar a CPI, que já estão designando funcionários para nos ajudar em todo processo de leitura dos documentos que nos chegaram. Então, hoje já há vários documentos internamente, e é importante que tenhamos esse trabalho. Quero informar que nós, hoje, às 14h, vamos ter, na Ouvidoria, reunião com o Procurador-Geral da República, quando vamos entregar documento em que também pedimos sua ajuda, para que, o mais rápido possível, cheguem os documentos das Procuradorias dos Estados, em âmbito dos Estados da nossa CPI, e das Procuradorias Federais. A presente reunião destina-se à audiência pública, com a presença do Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada para posterior transmissão. Solicito que falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não poderá ser aparteado. Finda a exposição, daremos início à interpelação. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar os convidados deverão se apresentar. Convido para tomar assento à mesa o Sr. Luiz Gil Siuffo Pereira, que disporá de 20 minutos para sua exposição. Com a palavra o Sr. Gil Siuffo.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Sr. Deputado Carlos Santana, Presidente da CPI, senhores membros da Mesa, Srs. Deputados, bom-dia a todos, em primeiro lugar. Preliminarmente, nós gostaríamos de fazer uma demonstração de como se compõe o preço da gasolina no Brasil, porque isso tem dado motivos a algumas dúvidas que levam a outros problemas. Quando o Governo anuncia que a gasolina vai sofrer redução de 10%, no dia seguinte, a imprensa está percorrendo os postos de gasolina de todo o Brasil em busca desta redução de 10%. Se o preço da gasolina, como no momento, custa em média 2 reais, a imprensa vai cobrar dos

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

postos a redução de 20 centavos, que correspondem aos 10% anunciados pelo Governo. Acontece que o preço da gasolina, na realidade, anunciado pelo Governo com a redução de 10% é o preço da gasolina “a” na refinaria. Este preço representa 60 centavos ou 58 centavos, mais precisamente. Então, a redução que o Governo está anunciando não é de 10% sobre o preço de bomba, mas de 10% sobre o preço da gasolina “a” na refinaria. Então, significa uma redução de 10% sobre 58 centavos, que seria uma redução de 5 centavos, e não de 20 centavos. Em função disso, tivemos aquele episódio em que o nosso Presidente da República, num momento, acho que, de rara infelicidade — nós não ficamos absolutamente magoados, acreditamos até na sua boa-fé, sabemos que o Presidente é um homem muito franco e diz as coisas com muita naturalidade, muita franqueza —, fez declaração, de certa forma, diria, não creio que esta fosse a intenção dele, nos chamando de malandros, porque nós não tínhamos baixado o preço da gasolina nos 10% que o Governo tinha anunciado. Nós não ficamos magoados por isso; a única coisa que nos magoou foi o contexto em que ele disse, fez aquela declaração, induzido, provavelmente, por aquelas pessoas que o cercavam naquele momento. Ele, ao fazer aquela declaração, no momento em que ele recebia inclusive doação de 1 milhão de reais para o Programa Fome Zero, ele estava cercado de grupos cujas lideranças confessaram que 5 bilhões de litros de álcool são vendidos no Brasil/ano, dos quais 2 bilhões são vendidos na clandestinidade. Isto representa uma sonegação de mais de 1 bilhão de reais de impostos. Então, foi cercado por essa gente que o Presidente da República, naquele momento, teve a infelicidade, ou melhor, ele não foi feliz ao fazer declaração chamando uma categoria de gente séria, trabalhadora, de malandros. Nós não estamos, como eu disse, absolutamente magoados por isso. Eu creio até que, no momento em que o Presidente fez aquela colocação, alguém ao lado dele deve ter dito para ele: *“Presidente, nós estamos baixando o preço do álcool, agora, o senhor cobre dos postos de gasolina a redução do preço”*. Bem, essa preliminar é importante para que nós esclareçamos alguns pontos que vamos procurar apresentar, com o objetivo de repor a verdade. Nós não temos nenhum objetivo de contestar, nós queremos repor a verdade. Esteve aqui, nesta Comissão, o Secretário de Direito Econômico e, nessa oportunidade, ele fez algumas acusações, apesar da forma brilhante como fez sua exposição e o conhecimento que demonstrou sobre Direito Econômico. Mas acho que ele fez

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

algumas colocações que, na realidade, não correspondem à verdade. A primeira: ele colocou aqui para os senhores o episódio de Belo Horizonte como sendo uma prova da formação de cartel de postos de gasolina no Brasil e, nesta sua colocação, ele fez referência a uma gravação obtida em que ficava comprovada realmente a formação do cartel por meio de reunião que teria ocorrido no sindicato de Belo Horizonte. Eu não vou entrar no mérito se existe cartel, se não existe cartel. Nós somos rigorosamente contra os cartéis, sejam eles quais forem, só que estamos verificando que estão procurando cartel no lugar errado. O julgamento sobre se houve cartel ou não vai ser feito pelo CADE, e o processo está aguardando julgamento. Agora, nós não podemos deixar de esclarecer um fato que não foi esclarecido aos Srs. Deputados. O Deputado Luciano Zica fez uma pergunta; o Deputado Carlos Santana fez outra pergunta e um outro Deputado fez a mesma pergunta, que não lhe foi respondida. Ele, ao fazer a colocação, deixou a entender — creio que equivocadamente — que teria sido o cartel dos postos de gasolina, ou melhor, o Sindicato dos Postos de Gasolina de Belo Horizonte, que, em represália, teria mandado matar o Promotor. A verdade não é essa. O Promotor foi assassinado por bandidos que já confessaram o crime, e um já está inclusive condenado; e quem denunciou os bandidos que estavam vendendo gasolina adulterada em Belo Horizonte foi exatamente o sindicato, que foi, no caso, acusado. O sindicato encaminhou ao Ministério Público uma denúncia e encaminhou a mesma denúncia à Secretaria de Direito Econômico e à ANP e, em função das investigações feitas pelo Ministério Público, foi identificada uma rede de 10 postos que estava vendendo gasolina adulterada em Belo Horizonte, a preços muito mais baixos, e por isso recebia elogios e era consagrada pela mídia, pela imprensa, como “benfeitores da comunidade”; esses postos vendiam, na realidade, produto adulterado. Feita a denúncia, aliás, com muita dificuldade, não foi fácil que as medidas tomadas fossem efetivadas. Diga-se de passagem, um Promotor teve coragem de levar o problema à frente, de fazer investigação, e foi morto por esse bandido. Esse bandido, provavelmente, foi o que colocou o gravador que gerou aquela fita que hoje serve no processo, inclusive, como prova contra o sindicato, que, na realidade — como disse, não vou entrar no mérito da questão —, não pode ser acusado de praticar um crime que não é de responsabilidade de nenhum dos seus integrantes. Eu estou fazendo essa observação porque essa pergunta foi feita aqui por 3 Deputados. Nós lemos o



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

relatório, e não foi respondida, e ficou aqui a dúvida de que realmente tivesse acontecido esse episódio extremamente lamentável. Nós até achamos, sinceramente... E mais, eu gostaria até de ler uma matéria que recebi ontem antes de vir para aqui, da agência do *Estado de S.Paulo*. Diz aqui o seguinte: “*A diferença entre os preços mínimos e máximos da gasolina entre todas as Capitais fica até em 29%, segundo a média apurada pela Agência Nacional de Petróleo. O litro mais caro é encontrado nos postos de Rio Branco, no Acre: 2.33,6. A gasolina mais barata é a de Belo Horizonte: 1.80,5*”. Imaginem os senhores! Belo Horizonte é onde existe uma guerra de preços. Na realidade, o que havia em Belo Horizonte, usando uma expressão, seria um cartel de falidos. Aquela gente estava, eu creio, reunida para procurar uma solução para o estado falimentar que eles se encontravam e se encontram hoje, e isso é olhado como se esses pequenos e médios empresários fossem formadores de cartel. Existem 167 processos, existem 30 mil postos de gasolina no Brasil. E esses processos são fundamentados em quê? Esses processos são fundamentados em fatos como esses, baseados em fatos que nós acabamos de falar, ou seja, numa determinada localidade, uma empresa obtém liminar, adultera o produto, coloca esse produto em alguns postos pelo preço muito menor do que o preço praticado no mercado e, em represália, em contrapartida, os demais postos partem também para a redução de preços. E aí vem o que se chama de paralelismo de preços, só que esse paralelismo é de preços baixos. Quando essa liminar desaparece ou a adulteração deixa de ser praticada, por atos de fiscalização ou de outra coisa, os preços voltam imediatamente à normalidade e aí vêm os órgãos de defesa do consumidor, o PROCON e dizem que se trata de cartel, porque o preço baixou e subiu no mesmo momento. Quer dizer, são fatos... Eu assisti no Rio de Janeiro... Eu fui chamado para depor como testemunha de um problema, de um processo, em Lajes, Santa Catarina, e vi a juíza que levou 45 minutos lendo o processo. E há acusações, entre elas, o promotor pede a condenação por formação de quadrilhas baseado em gravações. Em uma delas, um determinado dono de posto, em Lajes, telefona para outro e diz: “*Fulano, se você continuar vendendo gasolina por esse preço, você vai terminar morrendo*”. Será que algum dos senhores entenderam que ele quis dizer que ia matar o outro dono do posto? Foi isso que entenderam. Está no processo que ele estava ameaçando de morte. Eu até entendo a forma de falar, que a maneira de colocar tenha sido infeliz, mas eu não creio que



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

tenha sido essa a intenção. Ele deve ter dito: “*Você vai morrer, você vai falir, seu negócio vai fechar*”. Então, fatos como esses nos conduzem à seguinte conclusão: na verdade, embora imbuído das melhores intenções, os órgãos de defesa do consumidor não têm contribuído em nada absolutamente para combater isso que nós estamos aqui reunidos para discutir. Problema dos supermercados, que foi levantado pelo Deputado Luciano Zica, simplesmente não foi mencionado. O problema das liminares. A antecessora do atual Secretário de Direito Econômico, em reunião realizada pela ANP, em outubro do ano passado, em Teresópolis, interpelada sobre os problemas de liminares, a resposta dessa autoridade máxima de defesa de interesse dos consumidores foi simplesmente a seguinte: “*Nós não levamos em consideração esse problema. Nós estamos atentos para os preços dos combustíveis*”. A liminar inclusive é um ato jurídico que não nos cabe questionar. Acho que eles já evoluíram, porque o Secretário aqui já diz que realmente hoje eles estão preocupados com o problema das liminares e adulterações. Então, na verdade, houve um enfoque errado. Os órgãos de defesa do consumidor se preocuparam mais em atender o desejo da mídia, que quer fatos que gerem sensacionalismo, e evidente que qualquer declaração se referindo a cartel dá manchete nos jornais ou pode aparecer até no *Jornal Nacional*. Então, é preciso ser colocado com muita clareza esse fato, porque os grandes problemas existem e não estavam ainda sendo enfrentados. Por exemplo, falou-se aqui do cartel dos postos de gasolina de Salvador, de uma CPI que houve em Salvador, e dois Deputados aqui presentes falaram muito sobre o assunto. O que acontece em Salvador é que pela posição geográfica da Bahia, que está um pouco distante de Pernambuco e distante do Rio de Janeiro, na Bahia, na verdade, existem apenas 7 distribuidoras. São as 7 grandes distribuidoras que dividem entre elas o mercado, e os preços são mais ou menos iguais, porque a gasolina é na realidade um grande *commodity*. Os postos de gasolina são os maiores *drive-thru* do mundo, ou seja, qual a atividade em que existe na porta uma placa dizendo o preço do produto, preço esse do produto que é igual, é o mesmo produto fabricado pela mesma refinaria. No supermercado, quando alguém entra e não gosta dos preços, já está dentro do supermercado e nem sempre pode sair. Num posto de gasolina, quando você passa no posto, você vê uma placa, se o preço não lhe atende, vai para o próximo, o seguinte. Que no próximo o preço é igual, olha, não é verdade. Quando o preço de um modo geral é

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

igual, é porque existe uma concorrência acirrada. Nos Estados Unidos é comum se percorrer rodovias, auto-estradas e ruas onde os preços diferem apenas na terceira casa decimal, como acontece aqui no Brasil se a situação nossa de mercado fosse normal, se não houvesse liminares, se não houvesse adulteração. Agora essa adulteração também ocorre por quê? Diria: a mais inocente das adulterações é a mistura de álcool acima do nível permitido pelo Governo. E por que isso acontece? No período de entressafra, o Governo reduz para 20% a mistura do álcool à gasolina. No período da safra, aumenta para 25%. Ora, isso induz a dizer que não há diferença entre 25 e 20% e, como não há entre 20 e 25%, menos ainda entre 25 e 30, e aí é que ocorre o grande problema. E o que é pior: estão matando com o PROÁLCOOL, que era o combustível realmente... acho que foi uma das coisas mais importantes que se fez no Brasil. E hoje o que acontece? O álcool está sumindo dos postos de gasolina, pelo menos daqueles postos sérios, porque existem dois tipos de álcool: o álcool comprado com os impostos; e o álcool comprado direto no produtor sem nenhum imposto. E o posto que compra álcool com os impostos não pode concorrer com aquele que compra sem impostos. O Brasil já tem hoje... a média é uma coisa impressionante. Talvez seja no Brasil hoje onde esteja o maior número de postos do mundo sem bandeira, o chamado posto bandeira branca. Por quê? É o lugar... o bandeira branca, onde o dono do posto procura como última salvação. Ele é levado a uma condição falimentar, não tem condições de cumprir os seus compromissos, então ele sai do mercado normal e vai para o mercado marginal, onde ele, com a bandeira branca, compra produto de quem ele quiser e vende mais barato. Conseqüentemente ele está sonogando o consumidor. Nós consideramos esse o mais sério dos crimes que se comete contra o consumidor: adulterar o produto que vai exatamente prejudicar o patrimônio, às vezes o único patrimônio que tem o consumidor, que é o seu carro, e enganá-lo. Ele pensa que está comprando um e está comprando outro produto completamente diferente. O objeto desta CPI foi combater a fraude e a sonogação e, mais nobre do que isso, identificar meios e soluções para se acabar com a fraude e a sonogação. Acho que esse é o objetivo. Se nós considerarmos, por exemplo, que existem problemas como o do cartel, que, volto a dizer, no nosso entendimento, cartel numa atividade pulverizada como a de postos de gasolina é utopia... Na realidade assistimos a um processo de autopromoção que se faz através da mídia, no sentido de criar aquela



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

notícia sensacionalista de que a mídia gosta muito. É procurar agulha num palheiro, quando é muito fácil procurar o cartel. Por que não procurar o cartel entre o atacadista? O que se quer na realidade — involuntariamente estão conduzindo a isso — é desmoralizar o nosso processo, que é extremamente pulverizado. São 28 mil empresas brasileiras, pequenas e médias, é desmoralizar isso e praticar o que se fez em diversos países, cujo resultado nós conhecemos, como a Argentina, Chile e outros e a Europa inteira, ou seja, permitir a verticalização do mercado. Aí, sim, vamos ter 6 ou 7 empresas, provavelmente multinacionais, controlando completamente o mercado de combustíveis no Brasil. E essas 6 ou 7 empresas, com a maior facilidade, vão se sentar e combinar preços, como ocorre em todo o mundo. Um litro de gasolina na Europa, seja o barril de petróleo a 34, a 30, a 28 dólares, custa 1 dólar. Os senhores podem fazer a conversão da moeda. É 1 dólar o preço da gasolina. Na Argentina, aqui do nosso lado, 4 empresas controlavam o mercado de combustível, e o Governo resolveu tomar uma atitude porque 1 litro de gasolina custava 1 peso, que era equivalente a 1 dólar. Quando o Governo resolveu abrir a importação de gasolina na Argentina, no dia seguinte os jornais publicaram a seguinte matéria: “*Vender a gasolina aonde?*” Porque os postos de gasolina pertenciam todos a 4 empresas. Então, não adiantava importar gasolina, porque essas quatro empresas não iam permitir que ela fosse vendida nos seus postos. Agora, estamos chamando a atenção porque, na realidade, já vemos o movimento. Estivemos aqui há três anos com os Srs. Deputados, diante inclusive do Diretor-Geral da ANP, que pregava na época a verticalização do mercado. Hoje já estamos inclusive ouvindo movimentos. Recentemente um Senador fez um pronunciamento no Senado defendendo a abertura do mercado para as distribuidoras, o que, segundo ele, seria uma forma de pulverizar o mercado. Imaginem, pulverizar o mercado, acabar com a pequena empresa, acabar com a pequena distribuidora e deixar o mercado com 7 ou 8 empresas. Temos consciência de que o projeto dessa gente é primeiro acabar com as pequenas distribuidoras, voltar àquela situação de 10 ou 15 anos atrás, em que só havia 6 distribuidoras no Brasil. Após isso destruir o empresário revendedor e dominar também os postos de gasolina. Eu gostaria também de fazer uma referência. O Deputado Relator Carlos Melles, com muito bom senso, no dia dessa reunião a que eu me referi inicialmente, abordou muito bem o problema, inclusive com relação ao Estado de Minas Gerais, e



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

procurou inclusive uma resposta que também não recebeu. Estou falando aqui, Deputado, quanto à dúvida que ficou aqui de que teriam sido os donos de postos de Belo Horizonte que mandaram matar o Promotor. Ficou a dúvida aqui nesta Comissão quando, na realidade, os responsáveis pelo crime, inclusive, estão presos, são réus confessos e condenados. Bem, não sei se esgotei o tempo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tem mais 3 minutos.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Eu gostaria, então, de falar de algumas coisas como referências que foram feitas ao fato de que algumas distribuidoras das consideradas tradicionais, das grandes distribuidoras filiadas ao SINDICOM, também se beneficiam do não-recolhimento do PIS e da COFINS, de liminares para não recolher, porque também até teriam sonogado impostos. Eu gostaria de dizer aos senhores o seguinte: o SINDICOM não é nenhum convento de freira. Eu acho que não é, acho até que está longe disso. Agora, nós não podemos misturar as coisas. Acho que esta CPI, um dos objetivos mais importantes é procurar aqueles detentores de liminares fantasmas, aqueles que obtêm uma liminar e não têm sequer o endereço, o domicílio, e que a empresa não existe. Quando uma Esso ou uma Ipiranga obtêm uma medida como essa ou sonega o imposto, eu acho que ela tem como responder perante o Fisco ou perante o Tesouro Nacional. Agora o que nós nos referimos é àquele que consegue a liminar, não recolhe o imposto e desaparece. Acho que isso é que tem que ser aqui apurado, porque isso representa realmente uma evasão fantástica e, o que é pior, é a causa de toda essa desorganização. Eu até acho — volto a falar — que os órgãos de defesa do consumidor não estão de forma nenhuma errados, apenas eles usaram o caminho errado, eles focalizaram o problema de forma errada. Eles, de certa forma, foram conduzidos por aqueles que têm interesse em manter-se escondidos atrás dos holofotes e foram procurar o problema onde, na realidade, o problema não é causa, é consequência. Essa própria ou possível formação de cartel em algumas pequenas cidades ou em alguns lugares é consequência da desorganização do mercado. Isso acontece quando existem diferenças de 10%, 15%, 20% entre um preço e outro, o que não pode acontecer com a *commodity*, o que não é possível dentro do mercado normal. Então, o que eu acho é que se esses órgãos estivessem desde o começo empenhados em combater a fraude, a sonegação e a adulteração, a situação hoje seria outra. Aquele Promotor de Belo Horizonte morreu lutando contra isso. É



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

lamentável que outros Promotores no Brasil não tivessem assumido a mesma decisão que aquele Promotor assumiu. Então, eu acho que ao vir aos senhores, acho que se deve trazer uma contribuição no sentido de ir de encontro ao verdadeiro problema. E qual é o verdadeiro problema? Nós precisamos organizar, moralizar o mercado de petróleo no Brasil; senão, tem alguma coisa muito mais importante do que isso. A PETROBRAS, a despeito de todas as críticas que alguns lhes faziam no passado, aqueles que ofereciam, antes da abertura, o paraíso no momento em que houvesse a abertura do mercado, a liberação das importações, nós íamos ter gasolina barata, o Brasil ia viver num paraíso, porque o vilão era a PETROBRAS. Esse vilão que hoje transforma o Brasil praticamente auto-suficiente em petróleo. E hoje, forçada a praticar esta política que foi imposta, é que nós estamos pagando a gasolina pelo preço do mercado internacional. E nós não vamos ter investidores no Brasil se nós não moralizarmos o nosso mercado. Trinta por cento do nosso mercado hoje está nas mãos dessa atividade marginal. Isso significa que o grande patrimônio nosso, que é um mercado de 1 bilhão e 900 milhões barris/dia, está reduzido a 1 bilhão e 400 milhões de barris. Quer dizer, o patrimônio nosso, patrimônio do Brasil, da PETROBRAS, está reduzido em 30%. E ninguém vai vir investir num mercado aonde ele vai produzir gasolina e combustível para quê? Para exportar? Com certeza, não é esse o propósito. O propósito é o mercado brasileiro. E o mercado brasileiro, para isso, precisa ser colocado em ordem. E eu acho que isso é o grande trabalho que os senhores estão fazendo. Os senhores estão prestando um trabalho enorme ao País. Se desta Comissão sair, realmente, uma solução para esse problema, o Brasil vai ficar devendo aos senhores, realmente, um grande favor. Os senhores fizeram um grande trabalho para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar para os nobres Parlamentares, quero fazer alguns comunicados. Hoje às 14h temos reunião com o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio, aonde nós vamos entregar a ele todo um requerimento que nós estamos entregando a todos os órgãos que estamos indo, mas a ele, com mais empenho, por quê? Nós estamos fazendo todos os esforços para trazer a Juíza Cláudia Valéria aqui na nossa Comissão. Então, nós já entramos em contato com o Presidente, o Desembargador Valmir Martins Peçanha, que abrange o Estado do Rio de Janeiro e o Espírito Santo, que é o Presidente Regional Federal da 2ª Vara Regional. Ele é o chefe da Cláudia Valéria, que se

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

encontra de férias. No dia 28 terminam as férias deles. Nós já entramos em contato, porque nós queremos entregar o requerimento nas mãos dele. E aí eu quero um esforço dos nobres Parlamentares do Rio de Janeiro, logo assim quando essa audiência estiver marcada, os companheiros me acompanharem nessa audiência para entregar a ele em mãos. Nós também estamos pedindo uma reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, também no sentido de auxiliar na vinda da juíza. Já entramos em contato com o sindicato dos juízes federais e nós também estamos pedindo uma audiência da Comissão com o Presidente do Tribunal, até para não parecer que é uma violação de poderes, e estão tentando trabalhar isso. E hoje, como nós íamos, como eu falei na última reunião, acordado com todos os Parlamentares, nós íamos aprovar um requerimento de quebra de sigilo bancário, fiscal de todas aquelas... pronunciado pelo Promotor da Paraíba. Mas como quem fez o requerimento não se encontra presente, porque está com um problema, que é o nobre Deputado João Caldas, nós, na próxima reunião, vamos fazer a esse requerimento. E teria também um requerimento, que era o requerimento do Paulo Rubens, que é das chamadas audiências públicas no Estado. Como os 2 nobres Deputados não estão presentes, então, nós não vamos fazer essa votação. Mas sabendo que, o pronunciamento do Promotor da Paraíba, já há um consenso entre nós no sentido de toda a questão da quebra do sigilo bancário e do fiscal. Nós temos a fita. Aqueles Deputados que não estiveram presentes, é importante pegar a fita, a documentação, toda a documentação que nos foi entregue. Como foi uma audiência reservada, é importante aqueles Deputados que não estavam presentes irem lá para olhar, dar uma discutida, verificar, para a gente montar um consenso em cima dessa matéria. Mas quero... Como todo mundo está nos procurando em relação à questão da juíza, a gente está fazendo todos esses trabalhos no sentido de chamá-la e, primeiro, até também de a gente evitar, dizendo que há um conflito, e nós não queremos entrar nesse conflito. Nós estamos querendo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, regimentalmente, nós podíamos, alguns Deputados aqui, subscrever os requerimentos formulados pelos Deputados que estão ausentes, para que não sofra



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

dissolução de continuidade. Se for o caso, nós subscrevemos o requerimento do Deputado João Caldas, já que ele não se encontra aqui — regimentalmente é permitido —, para que não sofra dissolução de continuidade, nós podemos subscrever. Não tem *quorum* para deliberar. Mas se até o final da reunião tivermos *quorum* para deliberar, nós sugerimos subscrever os requerimentos ora comentados pelo Sr. Presidente para que esta Comissão não sofra dissolução de continuidade. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu ia aditar o que o Deputado José Carlos Araújo falou. Em primeiro lugar, nós estamos em uma audiência pública — se é necessário deliberar para transformar em uma sessão deliberativa, como fizemos na semana anterior. Eu perguntaria a V.Exa. se há previsão de ter uma reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Porque, se for para ter uma reunião amanhã, eu iria propor transformar essa em deliberativa para evitar a reunião de amanhã, que o *quorum* aqui amanhã vai ser menor do que o de hoje com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É, nós temos esse problema de *quorum*, por isso que nós estamos querendo adiantar. Como o Deputado José Carlos Araújo está assinando o requerimento do Deputado João Caldas, então, logo quando terminar aqui a audiência...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Caso haja *quorum*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Caso haja *quorum*, a gente entra logo na deliberação desse requerimento. Primeiro eu queria saber se o Relator gostaria de se posicionar agora. Não, não é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão ao Sr. Luiz Gil, que antes que os nossos colegas possam perguntar, fazer perguntas, e algumas perguntas podem ser embasadas, eu queria que ele dissesse para nós a composição de preço da gasolina hoje. Ele acabou de dizer que 58 centavos é a gasolina tipo A. Então, como a gasolina também é composta do álcool e dos tributos, gostaria que V.Exa. desse a composição hoje qual é da gasolina antes de começar, porque aí pode servir para embasamento das perguntas feitas aqui ao senhor.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Muito interessante a pergunta do Deputado, porque, na realidade, a nossa gasolina nós não podemos chamar de uma gasolina universal, porque ela é a única gasolina que tem 75% de gasolina — ou 80% — e 25% de álcool — ou 20% de álcool. No momento...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Agora a Suíça está querendo importar 5 bilhões de litros de álcool justamente para usar o álcool na gasolina na Europa.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - É. Eu acho que seria muito bom, inclusive, que realmente viessem até importar álcool do Brasil, contanto que os preços do Brasil não disparassem. Na realidade, o litro de gasolina A, aquela gasolina que a PETROBRAS vende — e que quando o Governo anuncia que vai baixar 10% é sobre aquela gasolina que há redução de preço —, custa aproximadamente 60 centavos, ou melhor, 59, 60 centavos. A CIDE custa 54,11 centavos. E o ICMS, em média, custa 56,67 centavos. Então, de impostos nós temos 1 real, 10 centavos, 78 — de impostos. Aí se acrescenta o álcool — 25% do álcool —, e o preço é variável. Olha, o preço de 25% do álcool... o litro do álcool está custando hoje em torno de 46 centavos, em média. Se considerar que 25% da gasolina tem álcool, então, nós vamos ter uma redução no preço da gasolina, porque o álcool é mais barato um pouco do que a gasolina A, e a carga tributária do álcool é menor, se for vendido diretamente, porque o álcool paga 25% de ICMS, paga PIS/COFINS e não paga CIDE. Então, na verdade, o Governo se apropria, na realidade...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual a carga tributária?

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Vinte e cinco por cento de ICMS e mais PIS...

(Intervenção inaudível.)

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - É mais ou menos isso em todo o Brasil: 25%. A média é 25%. Agora, tem outro detalhe, Deputado. Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Por favor, Deputado José Carlos, fale ao microfone, para ficar registrado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A carga tributária que o senhor falou, o ICMS é 0,25, mais...

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - A carga tributária é 56%, 55%



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - No álcool?

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu quero saber do álcool.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - O total da carga tributária sobre a gasolina, ou seja, 1 real e 10 centavos. A gasolina chega à companhia distribuidora, em média, hoje, a 1 real e 62, a 1 real e 64 centavos. Sendo que 1 real e 10 centavos representam os impostos, 60%, os 58, o preço da gasolina A, que vai dar 1,68, 1,70. O preço da gasolina vendida no mercado, hoje, média no Brasil, segundo as pesquisas da ANP, está abaixo de 2 reais, está em 1,98, 1,97. Então, significa que a margem de distribuição, a margem de revenda, transporte, tudo isso junto, está em torno de 30, 35 centavos, contra 1 real e 10 centavos de impostos. Agora, é interessante o problema da mistura do álcool: depende muito do preço que o álcool esteja vendido no mercado. Se o álcool estiver a 46, o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pode continuar.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Bom, eu gostaria de esclarecer ao Deputado o seguinte: também esse ICMS é fixo, porque alguns Estados estabelecem o preço de pauta que é sempre superior ao preço praticado no mercado. Então, quando o Governo baixa a gasolina em 10 centavos, o ICMS não baixa em 10 centavos, ele continua o mesmo valor, porque ele é fixo. É o chamado preço de pauta que os Estados estabelecem. E o que os Estados fazem? Quando o Governo baixa o preço da gasolina, eles aumentam o preço de pauta para não perder arrecadação. Porque hoje, na realidade, o ICMS arrecadado na gasolina representa 25% da arrecadação dos Estados. Os Estados dependem fundamentalmente disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mais, ainda. Com a CIDE, vão passar...

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Eu até acho que o Governo recuou nessa decisão de baixar o preço da gasolina, quando ele verificou que aquele discurso anunciado "*vai baixar 10% e que vai repercutir 10%*" não é a expressão da verdade. Quando ele diz que vai baixar 10%, vai baixar, na realidade, 4. Então, ele achou que isto, realmente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas dá 2 na arrecadação...



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Não. Teria uma repercussão muito pequena para o consumidor e uma repercussão muito grande para os cofres da PETROBRAS. Então, ele preferiu ficar com esse dinheiro, com a forma indireta de arrecadar CIDE, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos passar ao Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Gil, cumprimento o senhor pela exposição. Vou pegar algumas partes que o senhor falou na exposição. Primeiro, é claro que nós concordamos que não tem freira em nenhuma atividade comercial. Acho que nem no convento, hoje em dia, tem mais freira. Não na administração, com certeza. Então, é claro e nítido nessa demonstração que o senhor fez do preço dos produtos e dos tributos e, principalmente, buscando um equilíbrio das relações de mercado, que, é claro, que se cartel existe, ou pode existir, ele vai existir da ponta que fornece ao posto de gasolina. Jamais posto de gasolina vai conseguir formar cartel, até porque não tem nem condições de se reunir nem capacidade para isso. Então, querer culpar o posto na ponta por uma possível cartelização é querer ofender a inteligência de quem conhece alguma coisa de economia. E, dentro desse raciocínio que o senhor colocou, com o qual eu concordo e me associo, está muito claro para a gente que existem obviamente 3 tipos de distribuidoras. Existem as distribuidoras pequenas, que tentam sobreviver honestamente, existem distribuidoras pequenas que tentam sobreviver com artifícios, como liminares, enfim, outras que são condenáveis por todos nós e existem as grandes distribuidoras que tentam manter o seu predomínio do mercado. Eu lhe perguntaria, em função dessa situação. Hoje as grandes distribuidoras, que são praticamente detentoras de 80% do mercado, são quem fornecem os preços para os postos de gasolina poderem trabalhar. Existem várias suspeições, e isso está sendo examinado aqui sob vários aspectos, sobre cartelização. É essa cartelização que está se investigando de fato. Há, inclusive, suspeições trazidas de CPis de outros Estados, como aqui do Distrito Federal, e já foi colocado, que é uma relação até quase que empregatícia entre distribuidoras e donos de postos de gasolina de determinadas bandeiras, onde o dono do posto ao invés de ser um empresário, um pequeno empresário que está gerando emprego, praticamente se tornou um empregado das grandes distribuidoras, não só sujeito à



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

sua formação de preços como também sujeito a relações comerciais que são relações quase que de escravidão, como foi colocado aqui pelo Deputado Chico Vigilante na CPI do Distrito Federal. Então, dentro desse contexto, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre essa cartelização, sobre essa relação empregatícia. E mais, eu vou mais além, nos países, principalmente nos países de Primeiro Mundo, onde existe realmente essa cartelização com uma fixação de preços, como o senhor colocou, independente da variação do preço de petróleo, existe mais, o nível de automação chega a tal, que nós não temos praticamente empregado nos postos de gasolina. Se nós deixarmos as grandes distribuidoras verticalizarem a produção no Brasil, o que vai acontecer daqui a pouco é que esse setor gerador, absorvedor de mão-de-obra vai praticamente absorver apenas a mão-de-obra do dono do posto. O resto tudo vai virar praticamente uma máquina para que o consumidor possa apenas aumentar o lucro dessas empresas multinacionais. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre esse contexto, que é um contexto importante dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - A regra aqui, nós vamos... são 3 Deputados, porque aqui tem muitos Deputados inscritos e depois, a partir do terceiro, o nobre Gil Siuffo responde. Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, nobres Deputados, Sr. Presidente, na exposição do Dr. Luiz Gil fica claro uma informação, e até de correção, como relação à localização dos cartéis. Então, a minha intervenção seria no sentido de duas informações: primeiro, na linha do que o Deputado Eduardo Cunha falou acerca de onde estão localizados esses cartéis de maneira mais específica, e, um assunto que nós temos nos dedicado bastante é a fonte de informações do volume de sonegação do álcool nessa razão de 5 bilhões, com 2 bilhões de sonegação. Qual a fonte? E ainda aproveito, até pelo perfil desse depoimento do Dr. Luiz Gil, para fazer uma observação à CPI. Não sei se teremos um outro momento oportuno para fazer essa observação. Já foi registrado por nós aqui, algumas vezes, a necessidade de que a CPI seja propositiva com relação a novas regras para o setor, entendendo que alguns praticam o crime por origem, outros por indução e alguns poucos ficam isolados no seu proceder aí na venda de combustíveis. Mas o perfil coloca nitidamente um ente da cadeia contra o outro: a ANP, o distribuidor, o revendedor, a usina. Então, isso torna esta CPI, Sr.

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

Presidente, e Srs. Deputados, de perfil muito complicado e com informações que muitas vezes fogem do rito da CPI. Ficou claro, e isso é regimental, que qualquer procedimento de convocação, quebra de sigilo ou qualquer providência da CPI, até por amparo regimental, seja feita através de deliberação do Plenário ou acordo entre os membros da CPI. Ocorre que esse meu registro vem, Sr. Presidente, para preservar os Deputados que, numa situação como essa, num mercado como esse, e numa CPI difícil como esta, dificilmente deixarão de ser procurados por qualquer um dos entes da cadeia para a denúncia, informação, para informação privilegiada, que deve ser processada pelo Plenário da CPI, mas que não deixará de ser recebida, até porque a nossa função parlamentar é ouvir, tirar bom senso das denúncias e trazer para a CPI aquilo que for interessante e até o que não for interessante para que registros mais ou menos induzidos por entidades da cadeia não ganhem repercussão na mídia, prejudicando também os trabalhos da CPI. Então, eu vejo que a mesma discriminação e a dificuldade que o Dr. Luiz falou a respeito da interpretação da imprensa, com relação aos postos de gasolina, podem estar ocorrendo com relação à CPI. Então, faço esse registro aqui para dizer de público que qualquer que seja o ente dessa cadeia que me procurar para formular qualquer denúncia ou ligar no meu gabinete será recebido e a CP I será informada. Mas é importante que o Presidente e a Mesa e o Relator preservem aos Deputados desta Comissão esse direito. Porque, desse depoimento aqui eu já tiro de que há informações precisas, algumas reservadas, que devem ser entregues à CPI. Mas em determinados momentos, o Dr. Luiz terá que recorrer a um ou outro Deputado da CPI para instrução. Então, eu aproveitei a fala do senhor para fazer esse registro aqui no intuito de mantermos esta CPI no rumo certo de propor regras claras para o setor, mas de preservar todos os Deputados que participam desta CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, primeiro agradecer ao Sr. Luiz Gil, da FECOMBUSTÍVEIS. Mas as minhas perguntas não saíam muito do primeiro e segundo, que os Deputados colocaram aqui, que também são as informações que eu gostaria de obter. De forma que não tenho nada a perguntar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Luiz Gil.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Bem, primeiro vamos responder...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, já que são três, e o terceiro não fez nenhuma pergunta, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ele, não, ele é o quinto. Então, vamos lá. Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que nós estamos vivendo um momento particularmente importante desta CP I, principalmente em função das evidências que há sobre a situação do Judiciário e da necessidade de acelerarmos esse processo. Concordo com o Deputado Eduardo Gomes da necessidade de tratarmos com maturidade. E eu fiz questão de fazer um pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados ressaltando, inclusive, uma questão que eu considero importante. Que o fato de a juíza objeto do questionamento estar no Rio de Janeiro não pode levar ninguém a deduzir que algum Deputado do Rio de Janeiro estivesse eventualmente envolvido com qualquer irregularidade na relação com o Poder Judiciário. Evidentemente, todos nós seremos alvo de forma diferenciada de acusações e temos que tratar com maturidade para que o nosso trabalho possa ser levado às últimas conseqüências. Eu atuo nesse setor e nessa área desde os 19 anos de idade — estou hoje com 52 — e tive a oportunidade, ao longo desse tempo, de acompanhar várias fases da atividade petroleira, desde o trabalho da indústria do petróleo, no momento que tive convivência com a demissão na PETROBRAS, que eu fui comercializar combustível — fracassei, infelizmente. Mas gostaria de ressaltar uma questão que eu tenho dito. A questão do cartel eu acho que existe. Há empresas distribuidoras que adquirem postos de combustíveis nas cidades, em algumas cidades, reúnem os postos daquela determinada cidade — tem denúncia nesse sentido, teremos que investigar — e estabelecem um preço cartelizado. Nós teremos que investigar os cartéis. Mas eu acho que cartel da forma como o PROCON e o Ministério Público têm avaliado é como se a gente, na busca de acabar com o narcotráfico, botasse a polícia para ficar pegando aviãozinho do tráfico. É evidente que nós temos que resolver os problemas estruturais do setor. E para isso é necessário... E eu estou vendo aqui o conjunto de respostas chegadas à Comissão. E vejo aqui o que responde, com certeza, por uns 30% a 40% da fraude de combustíveis no Brasil, que é o mercado de solventes. Nós teremos aqui possibilidades de identificar quem comprou, onde vendeu, para quem

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

vendeu. E eu telefonei a uma empresa no Estado de São Paulo nesta semana e fiz uma compra de um caminhão de solventes por telefone, uma indústria. Liguei para o cidadão, fiquei de ligar no dia seguinte, para acertar os detalhes do negócio. Não liguei mais, evidentemente, mas foi uma experiência. Telefonei do meu gabinete aqui para saber se o cidadão de fato vende solvente. Ele compra, como se fosse fazer tinta, resinas, e vende para postos de gasolina ou para distribuidoras. Então, é evidente que nós estamos diante de um... A Deputada Rose de Freitas está aqui também com uma análise profunda sobre a questão do solvente. Então, acho que é fundamental. Só para se ter uma idéia, a receita de CIDE no Brasil, no primeiro semestre, está 30% menor do que o previsto no início do ano. Desses 30%, talvez metade seja relativa às liminares: cerca de 1 bilhão no primeiro semestre devido às liminares. Infelizmente, o Governo está muito lento na tomada da decisão da ADC. A outra metade decorre do comércio irregular de solventes, da adulteração, porque entra como solvente, sai como gasolina, e mistura de solvente e de álcool, e evidentemente não recolhe nenhum imposto. Além desse prejuízo de 30% na CIDE — que a previsão era de 10 bilhões no final do ano, nós teremos no máximo 7 bilhões no final do ano —, há a perda equivalente em ICMS. Há outros prejuízos incalculáveis que nós temos que atacar. Então, nesse sentido, acredito que nós temos que acelerar na relação com o Procurador-Geral da República, inclusive porque o Ministério Público tem — e o Presidente já oficiou para que eles nos enviasse — um farto material, com escuta telefônica autorizada, inúmeras fitas gravadas. Então, que a gente aproveite a estada do Dr. Cláudio Fonteles para requisitar esse material, para identificar potenciais criminosos. Mas que nós busquemos abordar... E acho que o depoimento do Dr. Gil Siuffo foi importante no sentido de demonstrar alguns traços do mercado, demonstrar a importância de debater a importância do cartel, sim, mas que não reside nele o maior problema e o maior objeto desta CPI. Então, eu quero aqui levantar uma questão ao Presidente da Comissão: qual o critério que teremos para termos acesso a esse material que chegou sobre a questão dos solventes? Essa é uma questão importante. E a outra é mais uma prestação de contas. Nós aprovamos um requerimento na última reunião desta CPI com vistas à preparação de diligências. E estou buscando organizar para, na próxima semana, trazer para a CPI um plano de ação com vistas a que façamos um trabalho organizado nessa área. E queria cumprimentar o Dr. Gil Siuffo pela sua



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

forma clara e franca de colocar, mas alertando que, embora não seja o nosso principal problema, o problema dos cartéis de fato existe. Há comerciantes inescrupulosos, há distribuidores que se valem disso para aumentar as suas margens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só respondendo o nobre Deputado Luciano Zica, foram enviadas 17 caixas contendo 70 mil cópias de notas fiscais. Vai vir uma pessoa da Receita Federal que vai cruzar as informações. Já foi designado, nós temos o nome da pessoa designada. Temos um problema que é um problema de ordem da Casa: nós não temos capacidade de copiar o máximo possível dos documentos. Como já está começando alguns Deputados dividirem por temas o que querem trabalhar, é importante os companheiros se alocarem para começarem. Estamos com um problema estrutural. O correto é tirarmos xerox para todos, mas não há condições. Então, o que nós estamos fazendo? Como nós já encaminhamos e vamos ter um funcionário da Receita fazendo esse cruzamento, vai fazer esse cruzamento. Então, era importantíssimo... Sei que tanto a Deputada Rose, quanto o Deputado Zica... Tem alguns companheiros que estão trabalhando na questão do álcool, os companheiros já... a Secretaria está aberta. Agora, nós temos esse problema, que é um problema estrutural. Vamos ter que conversar com o Presidente da Casa, ver se ele abre mais a questão das quotas. E até os Parlamentares ir lá, manusear, junto com a sua assessoria. Desses 70 mil, de repente não é todo ele, mas o que achar que é importante a gente tira cópia.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Como eu mesmo fui autor do requerimento dos solventes e cada Deputado que fez o requerimento de documentação tem mais ou menos uma idéia do que quer buscar —, talvez fosse importante se dar uma linha. Por exemplo, a primeira linha que eu daria de sugestão dos solventes seria uma confrontação das notas de venda com as autorizações da ANP. Esse é o primeiro ponto que deveria ser buscado antes de qualquer coisa, porque temos de buscar se há vendas não autorizadas pela ANP, não registradas na ANP, como venda de solventes. Talvez fosse buscar um auxílio para fazer a primeira verificação. Ganharíamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está acatado pela Presidência.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Inicialmente, vou responder o Deputado Eduardo Cunha, que colocou, inclusive com rara felicidade, o problema do mercado nosso, no momento. A Lei nº 9.478, que os senhores votaram em duas votações na Câmara e duas no Senado, deu ao Brasil uma lei que... É o primeiro país do mundo a ter uma lei estabelecendo regras para o mercado. Em todos os países da América Latina, essas regras da abertura foram feitas através de decreto-lei. No Brasil, os senhores estabeleceram o que é distribuição, o que é revenda, o que é transporte, o que é refino. Cada setor tem que competir entre si. Bem, existem realmente 3 tipos de companhias no Brasil, se é que uma nós podemos chamar de companhia. A primeira são as grandes empresas, que durante 80 anos dominaram o mercado no Brasil — ou 60, ou 70 anos. A segunda são as pequenas empresas que surgiram após a abertura, a liberdade de mercado, que atuam com eficiência, com honestidade, competindo com as grandes empresas e já com espaço bastante razoável no mercado. E o terceiro são aqueles que, se utilizando de laranjas, praticam verdadeiros crimes no mercado, crimes de sonegação fiscal, de adulteração de produtos etc. O senhor falou a respeito do problema do controle que essas distribuidoras grandes exercem sobre o mercado, disfarçadas em revendedoras, porque este é outro fato que os senhores precisam apurar e cobrar da ANP o cumprimento da lei. As companhias distribuidoras estão utilizando empresas filiais, usando contratos leoninos, em que o dono do posto é um verdadeiro empregado dela, para operar diretamente os postos e influir nos preços praticados por esses postos. Aí eu digo ao Deputado Luciano Zica que é onde está o problema do cartel. Por isso se encontra, em uma cidade, diversos postos com o mesmo preço, porque uma companhia resolveu enfrentar uma outra que baixou os preços e determina que os seus postos pratiquem aquele preço estipulado por ela mediante, naturalmente, uma margem que lhe é concedida, que normalmente é uma margem irrisória. Este problema existe. E para que este problema seja coibido, está chegando aqui o Deputado Gervásio Silva, que está aí com uma lei, a regulamentação do art. 238, que eu acho que vai definitivamente botar ordem no mercado, em termos de companhias distribuidoras, grandes distribuidoras, cujo objetivo evidentemente é dominar o mercado. Para isso, se não forem tomadas medidas, eu acredito que nos próximos 20 anos nós vamos ter novamente no Brasil 8 distribuidoras — as pequenas vão desaparecer —, e em seguida desaparecem os



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

postos também. E essas 8 distribuidoras passam a administrar, dominar esses postos, como defendeu há alguns dias atrás, no Senado, um Senador da República. Isso é um discurso antigo. Bom, o Deputado... Eu acredito, Deputado, que está respondido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está respondido. Muito obrigado, Dr. Gil.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Obrigado. Nós temos em seguida o Deputado Eduardo Gomes. O Deputado Eduardo Gomes: onde estão os cartéis? Ora, eu diria que nos postos de gasolina eles não estão, eles não têm estrutura, não têm organização para praticar cartel. Falou-se que os postos de gasolina praticam lista de preço que são distribuídas entre os postos. O que existe é uma pesquisa que a ANP faz e apresenta toda semana, com preços de todos os postos do Brasil e preços de todas as distribuidoras. Está na Internet, para quem quiser acessar. Não são os postos, e os preços dos postos de gasolina no Brasil até ultrapassam o que seria normal. Não existe só placa, não, existem faixas dizendo o preço da gasolina. Existem faixas dizendo esse preço. Então, se existe cartel, o cartel existe no setor de atacado, que hoje se utiliza realmente de um pequeno número de postos já dominados por eles e que com certeza, no futuro, se nós cruzarmos os braços, vão cartelizar todo o mercado do Brasil. Bom, numa outra pergunta, o Deputado Eduardo Gomes perguntou a respeito da sonegação do álcool. Deputado, segundo um dirigente da chamada grupo que hoje é única, que domina, ele disse o seguinte: que dos 5 bilhões de litros de álcool produzidos no Brasil, 2 bilhões de litros são vendidos clandestinamente. Se o senhor fizer os cálculos, o senhor vai verificar que isso representa alguma coisa como 1 bilhão de reais em impostos que os Estados e a União deixam de receber. Há quem diga que essa sonegação é maior, é bem maior, que chega a 1,5 bilhão. Há quem diga que chega a 1,5 bilhão. O Deputado Luciano Zica colocou muito bem. Deputado, existe... Nós temos que estar atentos aos cartéis. Nós não defendemos isso, nós somos contra isso, nós estamos lutando contra a bandidagem. Como é que vamos fazer prática de bandidos? Agora, o que não podemos admitir é que a mesma pessoa queira ser formador de processo, queira ser juiz inclusive. Na realidade, tem-se que aguardar o julgamento de cada caso para se saber efetivamente se existe ou não cartel. Nós não podemos admitir julgamentos. Eu não quero... Não vou entrar no mérito, mas houve um caso de 17



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

postos de gasolina em Florianópolis. Esses postos receberam uma punição, uma decisão dada por um conselheiro do CADE, que para mim não honrou em nada, não honrou o nome da família de grandes juristas, que fez uma condenação que os postos pagassem 10% do faturamento bruto, e o sindicato, uma multa lá absurda. Isso não é multa, isso é confisco. E mais: os postos foram fechados. Como é que eles podiam pagar a multa fechados? Então, na realidade, esse conselheiro, que tinha outros processos, provavelmente, lá muito importantes, ele se apressou em julgar esse, que, diga-se de passagem, o colocou no *Jornal Nacional*, na hora mais nobre da televisão no Brasil. Quer dizer, é isso que nos preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Luiz Gil, seja mais sucinto, porque temos muitos inscritos.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - E mais, Deputado, o senhor falou também que não foi bem-sucedido no mercado de combustíveis. Não foi só o senhor, não, Deputado. Existem milhares e milhares de postos de gasolina que estão à beira da insolvência no Brasil. Existem aqui nesta Casa algumas dezenas de Deputados que também fizeram essa experiência e que estão vivendo sérias dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas. Sr. Luiz Gil, sua exposição foi muito proveitosa, embora eu entenda que, na verdade, com autodefesa. E até entendo, naturalmente, porque todos se apressam — a imprensa — em condenar a ponta, porque a ponta é que está em contato direto com o consumidor. E esta é que dá ibope, infelizmente é esta que dá ibope, que está com o consumidor, é essa que pode... E dizem que a corda sempre quebra no lugar mais fraco, e nem sempre o lugar mais fraco é o meio, às vezes é a ponta. Mas quando o senhor falou, o senhor falou nas declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi infeliz. Ultimamente, o Presidente tem sido muito infeliz nas suas declarações, não só essa, como em outros lugares, em outros países tem sido realmente muito infeliz. É lamentável que isso aconteça. O senhor também tocou num outro assunto, falou da CPI da Bahia. E aí é um assunto que não tem nada a ver, mas, na CPI da Bahia — eu participei, fui o Presidente —, a primeira pessoa que nós chamamos para depor na CPI foi de um posto de gasolina que vendia gasolina mais barata na Bahia. E nós queríamos saber o milagre e começar

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

daí. Fomos muito condenados por uns, que não entendiam por quê, mas na verdade é isso que queríamos saber: como conseguia um posto fazer um milagre, apenas 40 quilômetros da refinaria, vender gasolina mais barata do que todo mundo. Mas não comprava na refinaria a 40 quilômetros, comprava de um terminal de Jequié, a 350 quilômetros. Isso nos causou espécie e, por isso, o convidamos para depor. E aí fomos até condenados por alguns membros da CPI por esse fato. Nós queríamos investigar. E nós chegamos à conclusão de que é muito difícil — até o Secretário de Direitos Econômicos disse aqui — constatar. Achar que existe um cartel não é difícil, não. A faixa de os preços coincidirem ou dos preços iguais nos leva a acreditar que há o cartel, o difícil é provar. Esse é o grande problema que qualquer CPI que vai investigar é difícil provar. Mas nós chegamos à conclusão lá — e aqui chegamos da mesma forma — de que, se há cartel na ponta, é para ser proteger o cartel da outra ponta. Nós constatamos também em Salvador que 178 postos compravam de apenas 5 distribuidoras. E nós chegamos à composição do preço naquela época e vimos o que realmente acontecia. Essas distribuidoras tinham 60% dos postos, embora a lei proíba que ela comercialize direto. Elas faziam contratos reunindo realmente as pessoas, obrigavam a comprar só da sua bandeira, do jeito que queriam. Quando queriam proteger algum posto de alguma forma, pelo contrato que lhes favorecia mais, davam prazo, condição de pagamento. Aos que não queriam só vendiam combustível adiantado, pagamento adiantado e muitas vezes prometiam entregar num dia e entregavam 3 dias depois. E o posto ficava sem gasolina. E sobre essas coisas é que a nossa CPI deve chegar a uma conclusão. Vamos levar às autoridades do Executivo sugestões para que essas coisas não aconteçam. Agora uma outra pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: nas liminares, quem é realmente o pior vilão? É o empresário, que às vezes consegue uma brecha na lei e faz um pedido, o advogado entra com o pedido da liminar? É a juíza que dá? Quem é pior? É o juiz, é o Judiciário, que concede a liminar, ou é o empresário que tentou a liminar? Ou é o Governo que deveria proteger e derrubar essa liminar? Ou é o tribunal que deveria examinar com maior rapidez, para que não deixasse acontecer essas coisas? Há uma cadeia também aí. Temos que sugerir e evitar que essas coisas aconteçam, porque, se o empresário é culpado por tentar uma liminar para conseguir o combustível mais barato — às vezes ele é estabelecido —, não vai pensar em sonegar, porque, se ele é estabelecido e tem bens para responder,

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

amanhã, quando essa liminar cair, ele vai ter que pagar. E vai conseguir um parcelamento. Talvez seja essa a brecha que ele está procurando. Ou então aquele outro que realmente vai... Aí é roubo. Não existe, bota um laranja. Não tem endereço, não tem nada. Pede a liminar, consegue por 1, 2, 3 meses, dá o rombo no Estado e desaparece. O culpado também é quem deu a liminar, é quem não tentou proteger o Estado para que essa liminar não saísse. Outra coisa: quando o Governo diz que vai dar 10%, ele devia dar 10% proporcionais em cada um desses itens que compõem o preço da gasolina. Aí, sim, valia, não 10% no final, porque, na verdade, o senhor tem toda a razão. A Ministra recuou porque tomou um puxão de orelha do Ministro da Fazenda pela queda da arrecadação do Estado, da CIDE. Essa é que é a verdade. Ficou claro para todo mundo, não foi só para o senhor, não, para todos os brasileiros. Deveria ter dito que dava 10%, mas dava 10% também na carga tributária. Por que não o fez? E aí recuou, foi obrigado a recuar, pelo puxão de orelha que tomou. Isso aí ficou claro para todo mundo, nós entendemos isso perfeitamente. Outra coisa: 50 bilhões de litros de álcool... Para onde vão esses 2 bilhões de álcool? É fácil, é só o Governo querer fiscalizar e ver, pelas notas fiscais, aonde estão indo. A máquina estatal do Governo é tão grande e pode fiscalizar. Ou não quer fiscalizar? Não interessa isso. Ou ao cartel também, aos usineiros grandes, que podem fazer com que chegue ao ouvido do Presidente, como chegou ao ouvido do Presidente, como o senhor disse, para chamar uma categoria de malandros. Será que esses também não chegam ao Presidente para evitar que a máquina administrativa faça a fiscalização também no álcool? É isso que esta CPI tem que ver. E o Deputado que me antecedeu pode fazer, nós devíamos fazer também. O álcool também... Ou também o culpado disso, do principal... porque aí dá no consumidor, é adulteração, porque o solvente, que é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado José...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só para concluir, Presidente, o solvente... Nós somos auto-suficientes no Brasil. Por que importar? Por que o Governo permite importar, já que somos auto-suficientes no Brasil e só 40% do solvente é absorvido pelas indústrias de tintas e pela construção civil? Aonde vão os 60%? Lógico, estão indo para os postos, para a sonegação. Só o Governo não vê. Por isso, Gil, eu quero parabenizá-lo por sua exposição. Entendo perfeitamente. Agora, convicção minha: há cartel ou proteção, tentam proteger-se tanto na ponta



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

quanto na outra. Agora, cabe a nós, da CPI, cabe ao Governo tentar resolver esse problema. Sem a menor dúvida, a sua exposição foi realmente boa, elucidante, vai elucidar muita coisa para os membros desta CPI, mas entendo também que foi uma autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - A nobre Deputada Rose de Freitas, com muita alegria, porque está andando. Vai para o PAN? Desculpe a brincadeira. Nobre Deputada Rose.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não tem problema, não. Antes de mais nada, eu queria esclarecer um dos depoimentos feitos pelo Dr. Luiz Gil acerca de sonegação. Houve um mal entendido e, como a reunião estava terminando, eu não me fiz entender, quando defendi a ampla fiscalização em todos os setores, distribuidor, setores comerciais que envolvem a questão dos combustíveis. Em determinado momento, V.Sa. respondeu dizendo — desculpa, Deputado, pois não — dizendo que não se devia permitir sonegação em nenhum setor, como se eu tivesse protegendo que alguém sonegasse. Não, eu quero deixar claro para V.Sa. que eu sou absolutamente contra qualquer tipo de sonegação, qualquer tipo de adulteração, qualquer tipo de omissão dos setores públicos. Nós estamos numa CPI, Sr. Gil, esta CPI, é engraçado, eu comentava com o Deputado Eduardo, há pouco, que nós sabemos que sonegam, não conseguimos comprovar a sonegação; nós sabemos que adulteram, não conseguimos comprovar a adulteração; nós sabemos que existem cartéis, não conseguimos chegar aos cartéis. Não é possível que esta CPI não chegue a lugar nenhum. Eu tenho um documento aqui, Sr. Gil, um levantamento com despachos da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo. Nesses despachos, está uma série de portarias, enumeradas, datadas, referentes a meses consecutivos, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, que mostram uma escala de empresas que compraram, adquiriram solventes. E vamos observando a evolução desse quadro, nós encontramos aqui empresas — pequenas — da indústria química, que, de repente, eles chegam a comprar, por via de liminares, viu, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaria que....

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - ... comprar por via de liminares — muito obrigada, Sr. Presidente — um terço do que a PETROBRAS adquire. Um



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

terço, uma indústria química, que, se se levantar a sua produção, através das notas fiscais da sua venda, não chegará a um quinto do que ela adquire. Não é possível que neste País não se possa averiguar isso, fiscalizar isso, saber para onde vai esse solvente adquirido. Então, eu só me referindo a esse fato que eu vou passar, inclusive, às mãos da Presidência, eu me vejo na seguinte situação — e dizer isso também ao Deputado Rogério — de ter que requerer que é uma coisa absolutamente — vamos dizer assim — impraticável, você trazer aqui o levantamento de todas essas empresas, as notas fiscais comprovando a aquisição do produto, fiscalizando as notas fiscais da venda desses produtos, para saber o que sobra. Não é o papel desta CPI, mas teremos que fazer, porque, senão, não chegaremos a lugar nenhum e todos nós estaremos sob suspeita diante da opinião pública de ter sido, ou pelo se não coniventes com alguma coisa, omissos. E eu não quero sair desta CPI — não faz parte da minha história de vida — com essa... Não faz parte da minha história de vida e não quero participar desse rótulo que estão tentando colocar na CPI dos Combustíveis. Eu queria de perguntar a V.Sa. se já chegou a V.Sa. alguma vez um fato como esse, que V.Sa. sabe, se tem conhecimento de em algum momento, alguém lhe denunciou, que houve, que existe a mistura do solvente no combustível. Se V.Sa., algum dia, alguém lhe informou? Não é possível, V.Sa. é do setor, sabe perfeitamente tudo que acontece, aliás observo pelas suas declarações todas, parece ser uma pessoa extremamente responsável e tem acuidade com suas palavras. Não quero comprometê-lo em nada. Apenas, eu quero saber se V.Sa. tem conhecimento e se já lhe chegou alguma denúncia da mistura de solvente nos combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Queria antes de passar ao Luiz Gil, reforçar tudo o que a companheira Rose... E nós estamos com uma dificuldade. A dificuldade nossa é que tudo o que pedimos é sigilo judicial. Saiu uma reportagem grande falando da Receita Federal. Eu vou lá, vejo se tem algum nome, até para alguns Deputados requererem, e não tem nada. Fala que tem tudo, mas no final, o nosso papel aqui acabamos não fazendo. Então, o que está acontecendo? Tudo onde batemos, vem para cá, fazem mil discursos. Mas quando chega na hora H, que têm que ditar o nome, não dão nome às pessoas. Nós estamos com essa grande dificuldade. Por isso é importante todos os Deputados estarem hoje com o Procurador-Geral para nos ajudar. Alguém tem que falar nomes. Pedimos, tem fita



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

para buscar. Não pode porque o tribunal fechou. Tem não sei o que, isso, aquilo outro. Então, nós estamos com essa dificuldade. Por isso é importante para nós também começar a dizer os nomes — entendeu — para termos condição de trabalhar. Quero reforçar, Rose, toda a sua explanação, porque esse é o caminho que nós temos que... Depois, nobre Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, nobres colegas e Sr. Luiz Gil, acompanhando a preocupação da Deputada Rose nessa questão do solvente, aqui nesse relatório que ela recebeu tem os nomes das empresas. Tem uma empresa aqui — IGK Kober — que no mês de dezembro comprou 200 metros cúbicos de solvente; no mês de janeiro, ela comprou 2.100 metros cúbicos de solvente; no mês de fevereiro, ela comprou 4.600 metros cúbicos de solvente; no mês de março, ela comprou 6.100 metros cúbicos de solvente; no mês de abril, ela comprou 6.330 metros cúbicos. Então, a seqüência, o tamanho, o volume foi aumentando, mês a mês, começando de 200 metros cúbicos e chegando a 6.300 metros cúbicos em 5 meses. Eu citei esse nome que está aqui. É verdade. Quer dizer, esse aqui é um volume só dessa empresa, quase impossível de o mercado não conhecer. Tenho certeza absoluta de que o mercado vai conhecer, ou de tinta, ou de petroquímica, ou de combustível. Tem nomes aqui. Um outro fato, isso o que eu queria... Citei o nome dessa empresa, mas tem diversas empresas ali, pequenas e empresas grandes, nesse sentido. Eu sou uma pessoa que viaja muito e que anda muito de carro, evito até andar de avião. E é notoriamente quando abasteco num posto de gasolina, abasteco no outro e no outro, o rendimento do carro, a média de consumo do carro é fácil de ver, inclusive dentro da cidade se vê a diferença do combustível de um posto para o outro. V.Sa., na sua argumentação, na sua explanação, disse que, nos postos, é o que menos problema tem. Que o problema está na distribuição, nos grandes cartéis, e que a maioria ou uma grande parte dos postos estão numa dificuldade financeira muito grande. Há de pressupor que esses postos, que estão praticando a venda de combustível com solvente, com água, com excesso de água, de qualquer maneira, na ponta final do preço ao consumidor, eles estão levando ali solvente, água, álcool, CIDE, ICM, impostos, lucratividade, transporte, e chegou ao preço final. Vendem esse produto para o consumidor. Com esse dinheiro arrecadado fazem o quê? Vão pagar o combustível, o fornecedor e o distribuidor. Esse dinheiro, normal e provavelmente — é a pergunta que eu faço —,



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

entra numa conta bancária e é pago a alguém. E aquele dinheiro que entrou na conta bancária está incluindo todos esses produtos, tanto produtos tributários, como mistura maior ou menor, dependendo de perto ou da sonegação do álcool naquele momento, quanto do solvente, como qualquer outro tipo de produto que se coloca lá. Ao fazer um rastreamento do posto de gasolina, na sua média de venda, ao seu distribuidor, nós não conseguiríamos chegar, através da sua conta bancária, chegar na distribuição, chegar talvez na pessoa que colocou o solvente, chegar na sonegação da CIDE...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Peço para que fechem a porta, por favor.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Uma questão de informação. Já tem várias pessoas presas, o batalhão de choque está lá na frente por causa da reforma da Previdência. Está havendo várias manifestações, com pessoas que adentraram o recinto da Casa. Então, deveremos ter algum cuidado, porque talvez possa haver algum movimento nos corredores. Mas acho que, independente disso, poderemos continuar os nossos trabalhos. Sem sombra de dúvida, tenho certeza de que, dessa reunião hoje, teremos avanços na nossa CPI dos combustíveis.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - A isso, Sr. Luiz. Aí vai a minha pergunta, principalmente nesse ponto de vista aqui. Existe uma máfia na distribuição, ou talvez um cartel na distribuição, controladora dos postos de uma pequena, de uma média, de uma grande parte, conforme V.Sa. disse. V.Sa. tem conhecimento de algum tipo de caixa 2 para que, nesse cartel que se construiu... Lógico que é um cartel. Nós vamos lá nas liminares que o faturamento final vão estar inseridos os impostos e a CIDE. Também a questão dos solventes. Se esses postos de gasolina que praticam, que compram esses produtos das distribuidoras que tiveram a liminar, que provavelmente deverá ter a participação dos Secretários de Estado ou do Fisco estadual, no sentido de que ele possa ter essa movimentação de venda dentro do Estado, e a participação do juiz, do Judiciário, no sentido de dar liminar, e no período de duração dessa liminar. Como é que eles fariam? V.Sa. tem noção desse mecanismo, para que esse dinheiro da ponta final se transforme na ponta inicial da divisão desse bolo? Acho que a nossa CPI tem que saber desse fato e puxar o verdadeiro fio de linha de onde temos que tocar realmente na ferida. Muito obrigado.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Eu vou começar respondendo aos últimos, Deputado Rogério Silva e pela Deputada Rose de Freitas. O Deputado Luciano Zica fez referência à redução da arrecadação da CIDE diante do que se esperava arrecadar. Eu tenho um fato muito mais grave do que isso, muito mais elucidativo para esse problema que a Deputada Rose levantou, que V.Exa. levantou, que é o seguinte. V.Exas. devem ter acompanhado nos jornais as notícias de que o consumo de gasolina no Brasil caiu em 4% ano passado. O consumo de gasolina caiu em 2% em 2001, enquanto o Brasil coloca no mercado 1 milhão e 400 mil carros novos. Dá para explicar essa mágica? Como é que entra 1 milhão e 500 mil carros no mercado e o consumo de gasolina cai? Não é possível. Agora, eu gostaria de dizer ao Deputado: Deputado, posto de gasolina, como regra, não adultera nem sonega produto. Ele compra produto adulterado, compra produto sonegado. Ele é conivente, porque ele compra, sabendo que o preço é mais barato, para levar vantagem. Mas não é ele que adultera. A adulteração não pode ser feita no posto nem a sonegação. Alguns postos emprestam o nome a pessoas para que obtenham a liminar em nome deles que, de um modo geral, controlam as distribuidoras. Então, qual seria o processo mais fácil de resolver este problema, quando eu falei aqui dos PROCONs, dos órgãos de defesa do consumidor? Se eles andassem procurando realmente onde está o verdadeiro problema que traz enormes prejuízos para o consumidor, com certeza eles estariam ajudando a resolver esse problema. Como? O Deputado José Carlos Araújo falou aqui no preço do álcool vendido de forma... Como é que se vai identificar o álcool que é vendido sem pagar imposto? É fácilimo, Deputado. V.Exa. passa no posto que está vendendo álcool a 80 centavos, enquanto o outro está vendendo a 1,20. Agora esse posto, o PROCON e a fiscalização não fiscalizam, acham que é normal e até bom para o consumidor. Vão fiscalizar aquele que está vendendo pelo preço normal, porque recolheu os impostos. Agora, Deputada Rose, o problema do solvente começou em 1992. Em 1990, com o Governo Collor de Mello, começou aquela abertura feita de forma desastrosa no mercado. E me lembro que eu procurei o Diretor do Departamento Nacional de Combustíveis — DNC, que substituiu o CNP. O CNP controlava rigorosamente toda a política de petróleo no Brasil. Ele foi sucateado, destruído e assumiu o DNC no lugar do CNP. O então Diretor do DNC, o Dr. Ricardo Pinheiro, fez uma portaria eximindo os comerciantes e produtores de solventes de prestar

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

conta ao Governo das negociações de solvente. Em seguida, o consumo de solvente no Brasil aumentou 1.200%. E só agora, há pouco tempo, a ANP voltou a fazer a exigência, depois de anos e anos, e a essa altura o mercado está de tal forma desorganizado que dificilmente voltará a ser o que era. Então, houve na verdade, no passado, conivência do Governo. Foi uma irresponsabilidade do Governo que nós denunciámos.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Isso na época do Presidente Collor?

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Na época do Presidente Collor. E o Diretor do DNC era o Dr. Ricardo Pinheiro. E eu disse a ele: *Dr. Ricardo, o que o senhor está fazendo é um absurdo. Isso vai trazer conseqüências sérias para o mercado de combustíveis.* Como disse também, essa medida, essa proposta da constitucionalidade da CIDE... Quem preparou essa proposta fomos nós, ação de constitucionalidade, e entregamos inclusive, o Deputado Luciano Zica é testemunha disso e tem se empenhado com isso. Por que que o Governo não encaminha? Está na Advocacia Geral da União, por que que não vai para o Supremo logo para que se decida? Está esperando o quê? Há 3 ou 4 meses que nós entregamos inclusive pronta a proposta de ação de constitucionalidade que resolve definitivamente o problema. Por que que não encaminha? Agora, na verdade, volto ao Deputado José Carlos Araújo, quando V.Exa. falou aqui em relação àquela declaração do Presidente, eu volto a dizer que nós não estamos absolutamente magoados, porque o Presidente foi induzido ali. Agora, sabe o que aconteceu? A partir dali começou uma verdadeira caça às bruxas aos postos de gasolina de todos os setores. Começou pelo Ministério. Os postos passaram a ser encarados como verdadeiros inimigos, enquanto o verdadeiro formador de cartel, o verdadeiro sonegador, o verdadeiro adulterador está simplesmente tranqüilo, sem que ninguém o incomode. O que eu pergunto é o seguinte: a ANP tem 50 fiscais. Dá para fiscalizar 30 mil postos? Não. Agora, Deputada, existem 200 distribuidoras, existem 170 distribuidoras operando no Brasil. Por que não pegam esses 50 fiscais e mandam fazer uma auditoria em todas essas distribuidoras? Ou contratam uma empresa, inclusive privada, com auditoria privada independente, e mandam fazer uma auditoria nessa distribuidora? Com certeza, vai chegar nos postos que compram dela. Mas não é muito mais fácil do que ir nos 30 mil postos?



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Dr. Gil, sem dúvida, o senhor...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - De uma análise química, inclusive.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Claro.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - O senhor não pode... o senhor tem razão, ou constrói uma lógica que sustenta a tese da CPI, mas também não pode isentar a responsabilidade dos postos.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Não, eu disse para senhora que eles são coniventes.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - A minha pergunta é se já chegou ao senhor essa informação, essa denúncia.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Já.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Pois é. Então, o senhor, representando uma Federação, deveria também, porque foi fácil quando o Presidente do SINDICOM esteve aqui se abster de responder qualquer questão, não respondeu, mandou por escrito aquilo que foi orientado pelo advogado, e nós temos ficado com essa cortina de fumaça diante dos nossos olhos, sem enxergar um passo adiante. Se alguém lá na ponta que seja, eu também achei desastrosa a declaração do Presidente da República diante de uma grave crise que atravessa esse setor, de sonegação, adulteração, crime, contrabando e tudo mais. Achei que naquela hora simplesmente aplicar, vamos dizer, uma penalidade verbal ao setor dos postos de combustíveis era de todo prestar um desserviço ao trabalho que precisa ser efetuado nesse setor com fiscalização, investigação e punição desses verdadeiros criminosos, sanguessugas da economia pública. No mínimo, quando ele chamou todos os donos de postos de marginais, ele esqueceu de chamar aquele que adultera, aquele que sonega, que deviam não ser chamados de marginais e estarem na cadeia. Mas hoje na ponta, lá, o senhor representando uma Federação de tamanha importância, se teve conhecimento disso, qual foi a atitude que o senhor tomou? Eu estou diante do senhor não só como política, mas como cidadã também.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Deputada, eu acabei de dizer, dando inclusive o nome, que eu procurei o Diretor do DNC para dizer a ele que aquele ato que ele estava praticando ia trazer sérias conseqüências. A senhora sabe quais as respostas que me deram na época? *“Dr. Gil, a sociedade quer isso, a sociedade quer abertura”*. Era esse o discurso da época. Agora, para retomar o controle sobre



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

isso levaram 10 anos praticamente. A ANP resolveu controlar novamente o solvente há 2 anos. A essa altura, o que acontece? Importam os navios, como se fosse gasolina, trazendo solvente, ou importa o solvente como se fosse gasolina. É esse o grande problema. Agora, estão procurando o bandido no lugar errado, estão procurando o bandido em 28 mil lugares, em 28 mil postos de gasolina, quando é muito mais fácil procurar o bandido entre 120 ou 110.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Essa portaria do Diretor do DNC, na época, o Dr. Ricardo, foi uma portaria?

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Uma portaria liberando, isentando, na época, tudo isso. O álcool, por exemplo, era controlado todo ele pela PETROBRAS. O álcool produzido tinha que ser entregue à PETROBRAS para daí ser distribuído para os postos. Resolveram acabar com isso, porque disse que havia o passeio do álcool, que gastavam gasolina à toa. Resultado: acabou o controle. O álcool hoje não tem controle nenhum, o álcool sai da refinaria, entra num posto, ou entra numa distribuidora e acabou. Agora, como é fácil identificar. Se houvesse realmente uma fiscalização voltada para o problema, que esta CPI está aqui reunida, não fosse apenas voltada para a preocupação de saber quem está vendendo mais caro para acusar de cartel e aparecer na imprensa, realmente era fácil: o posto que está vendendo álcool por 60 centavos evidentemente sonegou. E esse álcool não tem controle nenhum. A qualidade desse álcool não passou por nenhum tipo de controle. Eu acho... Está respondido, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Está respondido.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - E tem mais outra coisa, viu? O que eu fico impressionado, eu fui informado, por exemplo, de que um determinado advogado de Pernambuco teria sido convocado a depor nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Foi aprovado um requerimento.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - E que teria inclusive se negado ou teria *habeas corpus* para não vir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Ele já pediu *habeas corpus* para não vir.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Parece-me, pelas informações que nós temos, que o foco de toda essa situação que hoje se espalhou pelo Brasil inteiro era



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

exatamente em Recife. Não posso garantir com esse advogado, mas com certeza, porque eles faziam inclusive, fazem cartas para o Brasil inteiro, oferecendo aos postos de gasolina o paraíso, oferecendo condições de comprar gasolina mais barata, através de liminar que pode ser conseguida. Isso fazem abertamente, a carta assinada. Nós temos, com certeza, nós temos essa carta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaríamos, o mais rápido possível, que essas cartas pudessem chegar à nossa Comissão.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Desculpe, deixa eu concluir dizendo o seguinte: na época, o que se chamava, o problema do solvente me foi trazido aqui, era anuência prévia do DNC para que se pudesse negociar com solvente. Foi extinta pelo DNC, voltou... Eu protestei por escrito, além de verbalmente, protestei por escrito. A ANP voltou a controlar agora.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - É, em termo. Não, porque agora já arrombou a porta, já aprenderam como é que faz.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Eu, me perdoe, Deputado, o senhor fez mais algumas observações que eu gostaria de responder. Eu assisti inclusive, eu li aqui alguns debates que ocorreram entre dois Deputados da Bahia sobre o problema da CPI na Bahia. Eu queria dizer aos senhores o seguinte: o problema da Bahia realmente é aquele que o senhor colocou. A Bahia tem 5, 6 empresas, essas empresas, a maioria dos postos é de propriedade delas. Salvador tem uma média de postos em relação ao Brasil por habitante muito menor. Eu acho que é até sadio isso, desde quando esse mercado seja livre. Salvador tem um mercado realmente, tem 170 postos, Belo Horizonte tem 400 e tem a mesma, 178... Belo Horizonte, com a mesma população, tem 400, com a mesma população de Salvador: 2 milhões e meio de habitantes. Então, isso aí gera realmente um problema. E o controle está exatamente nas distribuidoras. E tem mais outra coisa. Eu estive em Salvador, há um ano, fui convocado lá para uma reunião que o assunto era preço da gasolina. E, na época, se estava falando da CPI. A primeira pergunta que me fizeram era por que a gasolina da Bahia é a mais cara do Brasil. Isso não é verdade. Aí mostrei 5 ou 6 Estados, inclusive Rio de Janeiro, que a gasolina era mais cara do que Salvador. Em Salvador, eu sou baiano, você sabe como são as coisas, se cria isso lá é a verdade



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

e acabou, é a mais barata do Brasil — é a mais cara do Brasil. Bem, foi quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou também uma redução de 25% dos preços da gasolina. E essa redução não chegou nunca ao consumidor, porque não era de 25% sobre o total. No mesmo momento que o Governo anunciou a redução de preço de 25%, o Governo do Estado da Bahia aumentou o ICMS de 25 para 26% e aumentou o valor de pauta em 15 centavos. Ou seja, para continuar arrecadando a mesma coisa. Como é que o preço pode baixar? Foi o que eu perguntei: como é o que preço pode baixar? Os Estados se reúnem, e eles não podem perder a arrecadação e compensam. Quando o Governo reduz o preço, eles aumentam o preço de pauta para compensar o valor. Agora, chega a mídia, a imprensa e os órgãos de defesa do consumidor e vão cobrar dos postos de gasolina, que é o lado mais fraco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Marcus Vicente. *(Pausa.)*
Não se encontra. Saiu. Daniel.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu acompanho essas questões ligadas ao mercado de combustíveis já algum tempo, e vai ficando cada vez mais evidente que depois dessa abertura, que foi produzida na década de 90, especialmente a partir do final da década de 90, há uma brutal ilegalidade nesse mercado. Alguns têm afirmado que o mercado foi ocupado por uma máfia. E eu já tive oportunidade de discutir com os mais diversos segmentos. E sempre que se ouve o Governo, o Governo acha que a responsabilidade está nos revendedores e nas distribuidoras. Quando ouve a distribuidora, coloca a responsabilidade no Governo ou nos revendedores. A gente ouve os revendedores que a responsabilidade está em outro local. E eu estou cada vez mais convencido de que, efetivamente, todos têm responsabilidade. Não há ninguém inocente nesse processo, não há ninguém inocente. E esta CPI está buscando encarar exatamente assim, identificando que é preciso fazer algo urgente, modificações com profundidade e modificações que tenham o alcance em todos os níveis no Judiciário, na política adotada pelo Governo. A fiscalização é absolutamente inexistente. Não é possível com 55 fiscais, como afirmou aqui, a ANP ter o mínimo de possibilidade de fazer esse controle não só do mercado de combustíveis, mas de toda a área de petróleo no nosso País. Então, é evidente que há razões para indignação. Eu compreendo perfeitamente a indignação do Lula. O Lula tem esse jeito fácil de se

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

comunicar, de expressar um sentimento que tem muita identidade com o sentimento popular. Não creio que ele tenha particularizado ou que a compreensão do Lula tenha sido uma compreensão de que o problema se localiza nos postos de combustíveis. Ele expressou uma indignação que é uma indignação popular, e querendo, com isso, fazer um chamamento para um tratamento mais adequado em relação a esse setor. Mas eu queria colocar para o Sr. Luiz Gil algumas observações. Eu queria inclusive dizer, Sr. Luiz, que, em 98, eu comecei a tratar dessa questão. Em 99, em 5 de maio de 99, eu participei, junto com outros companheiros lá na Bahia, de um boicote à utilização de combustíveis, postos de combustíveis, em Salvador — maio de 99. E sempre tenho escutado nos sindicatos dos donos de postos que a situação está muito difícil, que os postos estão falindo, e não param de surgir postos de combustíveis. Novos postos são abertos, fachadas, às vezes, suntuosas. Então, o que está acontecendo? Lá na Bahia, naquele período, eram 160 mais ou menos, agora já são 178 postos. Dificilmente a gente encontra postos fechando. Existe também inclusive em qualquer mercado. Claro que tem donos de postos honestos, como tem distribuidoras honestas, como tem juízes honestos, como tem em todos os setores. Mas não quero concordar com a idéia de que os postos estão isentos desse processo, têm participação nesse processo. Há evidências, já reveladas, de combinação de preços particularmente em algumas Capitais, em regiões lá no interior da Bahia, que também temos verificado. Queria fazer uma indagação: o senhor acha, então, que nós deveríamos voltar ao modelo adotado anteriormente pelo CNP, controle do preço na bomba, etc.? Esse seria um avanço em relação ao que se conseguir alcançar até então? Uma outra indagação, a que o senhor já respondeu parcialmente, é sobre a concorrência direta do revendedor, o número de postos. O número de postos pode alterar essa relação de preços? Quero fazer essa indagação, porque há um grande debate na Bahia hoje em torno dessa questão. O Prefeito da cidade de Salvador está com um projeto na Câmara, em convocação extraordinária da Câmara de Vereadores, propondo facilitar a instalação de postos de gasolina no Município com o argumento central de que isso favorecerá a concorrência e, portanto, a queda dos preços, que é a ação mais eficaz do poder público para fazer o barateamento dos preços e quebrar o cartel dos postos de combustível. Queria que o senhor falasse um pouco mais sobre essa possibilidade.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, Dr. Luiz Siuffo, quero apenas aqui fazer um questionamento, a título de colaboração também com o nosso Presidente, dizer que esta Comissão foi instalada com a finalidade de investigar operações no setor de combustíveis relacionadas com a sonegação de tributos, máfia, adulteração, suposta indústria de liminares. É importante, sim, que nós temos que verificar, porque vocês vêm aí as intervenções até em laboratórios, onde se produz remédios prejudiciais à saúde, fecharam até alguns laboratórios aí, puniram, alimentos, para tudo isso estão tomando providências. Estou vendo que nessa área de combustível está havendo sonegações, verdadeiros prejuízos para o País em termos de arrecadação, e tudo isso, adulterando produto, que vai fazer mal ao nosso veículo, vai estragar o nosso equipamento, e acho que nós temos que voltar os olhos também, nesta CPI, para o Poder Público, porque eles são os culpados disso, porque onde não tem fiscalização, não tem punição, a impunidade que exatamente gera o crime, onde não existe punição. Vejam, em Minas Gerais, nós temos 6 fiscais da ANP, no Estado, com 853 Municípios. Como é que vão fiscalizar? Não fiscalizam. Por que não fazem um convênio com prefeituras, para ajudar, aumentar esse número de pessoas para verificar isso? Então, estou achando, como houve, no Rio de Janeiro, por exemplo, aquele problema do Silveirinha, do "propinoduto". Acho até que nós não estamos olhando aqui dentro, pode ter até um "propinoduto" aqui dentro dos setores que fiscalizam o sistema de combustível aqui no Brasil. O que levou o DNC, no passado, como disse o Dr. Luiz, a considerar que o solvente não é combustível? Ele virou combustível, e violentamente. Nós temos, por exemplo, em Minas Gerais — eu sei, na margem da rodovia, no sul de Minas — chegando caminhão de solvente, um atrás do outro, lá é considerada uma refinaria de petróleo; o cara vende gasolina para todo o canto lá, ninguém fiscaliza, ninguém olha nada. Então, isso aí está envolvido o Ministério da Fazenda, através da fiscalização fazendária, está envolvida a própria PETROBRAS, está envolvido o setor jurídico, que recebe tranqüilamente essas liminares — não sei se estão contestando, nós não olhamos isso —, qual o tipo de contestação que eles estão fazendo. Quer dizer, nós tínhamos que voltar esta CPI para fiscalizar os próprios órgãos do Governo. Nós não estamos olhando isso aqui ainda. Porque a impunidade está muito grande, o prejuízo é muito grande. E o próprio Governo também... aqui, agora, eu quero fazer

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

um desabafo. Eu acho que sonegação, deixar de pagar impostos, eu sou Parlamentar, eu tenho que proteger o meu País. Mas dá uma indignação muito grande, o próprio Governo é culpado disso, nós, a duras penas, o nosso Presidente lutou intensamente para nós criarmos a CIDE, porque, em 1988, nós perdemos o Fundo Nacional do Petróleo, porque fizemos essa imensidão de rodovias, o dinheiro era recolhido, passava para o DNER, ele repassava 40% para os Municípios, para o Estado, aliás, para os DRs, e 20% para os Municípios. Então, nós tínhamos estradas boas nos Estados, estradas boas federais, e tínhamos estradas boas municipais. Era bem aplicado o recurso, que era do Fundo Nacional de Petróleo. A duras penas, nós lutamos na nossa Comissão de Transportes, aprovamos a CIDE — entendeu? —, e o Governo, com essa ganância de recursos, não está aplicando recursos. E outra: não é imposto, isso é contribuição. E contribuição, ela é específica, ela tem a finalidade específica dela. Então, eu acho até que, se não está aplicando, é porque não está precisando conservar estrada. Então, não está precisando do dinheiro. Então, acho que ninguém devia pagar essa CIDE, não devia recolher mesmo. Não devia recolher. Não devia recolher mesmo, porque nós aprovamos a lei, lutamos e não está sendo aplicado. Estão morrendo seres humanos, morrendo nas estradas, mau estado de conservação. O Governo tinha que ser responsabilizado por isso, o Ministro dos Transporte tinha que ser responsabilizado, criminalmente até, pelas mortes que estão ocorrendo nas rodovias, porque não está aplicando. Se ele não está sendo atendido pelo Governo com recursos, que deveria até pedir demissão do cargo, porque está sendo incompetente, não está colocando a aplicação das rodovias, não está tendo, talvez, nem prestígio no próprio Governo. Então, eu acho, aqui, que nós deveríamos estender esta CPI, essa fiscalização nossa em cima dessas pessoas que detêm cargo público, poder de decisão na ANP, em outros setores, na Receita, para olhar problema de adulteração, compra de álcool sem nota. Quer dizer, que realmente o Poder Público está ineficiente. E, aí, gera a impunidade e gera o crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gervásio Silva.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Sr. Presidente, companheiros Parlamentares, Deputado Mauro Lopes, inclusive existem liminares sendo concedidas, em que os magistrados estão se baseando na não-aplicação dos recursos no fim específico para que foi criada a CIDE. Mas eu já me pronunciei

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

várias vezes nesta comissão, na Comissão de Minas e Energia, atingir posto de gasolina dá ibope. Tudo que aconteceu em Santa Catarina, nós tínhamos um Deputado, temos um Deputado Estadual lá, que pra minha infelicidade, pra minha desgraça se filiou no meu partido, que viveu na grande imprensa de Santa Catarina, durante 6 meses, tripudiando os postos revendedores. Como foi dito aqui, posto realmente não fecha, o proprietário quebra, muda de proprietário, e existem grandes redes se formando em cima, e que dão realmente guarida às más distribuidoras do mercado. Eu já disse aqui várias vezes, se colocou 50 fiscais e não tem condições de fiscalizar 30 mil postos, mas têm condições de fiscalizar 150 distribuidoras, ou 170 que estão operando, ou 200. Claro que tem. Agora, é preciso ter vontade para fazer isso. É preciso vontade política para resolver o problema. Sr. Presidente, nós criamos, agora, uma Frente Parlamentar, aqui, da Silvicultura, que são as florestas plantadas. E para minha surpresa, depois de tanto empenho, tem gente dentro do próprio setor que não tem interesse de resolver o problema. Dentro do próprio meio do setor produtivo de madeira, papel e celulose. E nos combustíveis não é diferente. Eu não tenho nenhuma pergunta para fazer ao Presidente Gil, mas eu quero dar uma sugestão a esta Comissão, Sr. Presidente. Se os Parlamentares desta Comissão quiserem realmente entender o que acontece nesse mercado, se quiserem realmente colocar aos olhos da opinião pública o que está acontecendo, vamos a Curitiba investigar o que acontece em Curitiba, quando tem gasolina sendo vendida a 1,80 no posto revendedor, álcool a 0,89. Não precisa mais nada. É ir lá e desvendar o que está acontecendo em Curitiba, porque está excessivamente baixo o preço. E pode ter certeza que, em Curitiba, tem produto adulterado, tem sonegação, tem *dumping*. Tem *dumping*. Pode ir lá que vai ser constatado isso. Então, se nós quisermos, se a CPI, se os colegas Parlamentares entendem que o bicho feio do segmento é o posto revendedor, vamos fazer uma diligência na cidade de Curitiba. Vamos fazer uma diligência na cidade de Curitiba, que vamos esclarecer. Se não esclarecermos tudo o que acontece nesse mercado, nós vamos ter condições de pelo menos aqui... Porque já ouvi muitos depoimentos aqui, e, claro, quem não conhece o setor não tem a obrigação de entender o que acontece no setor. Mas se nós quisermos, se a CPI, se a Comissão quiser entender o que acontece nesse mercado, basta ficar 4 ou 5 dias em Curitiba. E vai passar a entender por que o álcool lá está a 0,89. Tem álcool lá a 0,89, Presidente Gil.



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

Oitenta e nove centavos. Em outra praça o álcool é 1,30 ou 1,20. A gasolina 1,80 ou 1,79, com cheque pré-datado, no cartão de crédito. Podem ir lá que vão constatar sonegação, *dumping* e adulteração. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Obrigado. Eu queria aqui, Sr. Presidente, ao cumprimentar o Dr. Luiz Gil, dizer, realmente, que a situação dos postos de gasolina, em determinados momentos, é penalizada a situação deles. Porque eles têm de sobreviver no mercado, nenhuma disputa em determinados setores, que eu diria para todos os senhores, que eu tenho como conhecimento de alguns postos de gasolina, que eles têm de sobrevir com o comércio deles. Bota-se um posto de gasolina antecipando ao outro com o preço lá embaixo, e ele vai ter que dar um jeito de abaixar o preço dele, porque senão ele quebra. Então, nós temos de atacar aonde é feito. Nós temos que ir no cerne da questão, quem é que modifica, que adultera, quem é que faz as ilegalidades, para que nós possamos dar a esse setor uma linha, uma conduta. Enquanto nós estivermos aqui tentando pegar o posto de gasolina, para sobrevir, para pagar a conta do colégio de seus filhos, em determinados momentos que eles têm que praticar algumas irregularidades, nós vamos esquecer dos tubarões dos combustíveis, da máfia dos combustíveis, dos criminosos dos combustíveis. E, aí, eu digo que estão todas as grandes companhias em conjunto, nós temos de buscar quem é que vende solvente, quem é que está comprando, e vamos ver a adulteração. Temos que ver os outros setores da regulamentação. Por que é que foram tomar 10 anos após as medidas cabíveis para controlar o mercado? Nós temos de, como disse aqui o Deputado que me antecedeu, buscar as irregularidades, os setores envolvidos e, principalmente, aqueles que fazem as leis e que não fazem a fiscalização necessária. Mas eu queria, ao cumprimentar o Dr. Luiz Gil, dizer que é um setor que sobrevive numa disputa, em determinados momentos, imoral no setor. Nós temos que ter uma atenção muito grande, porque nós temos que dar a disputa do mercado, mas não na ilegalidade do mercado, como está sendo feito. Não se pode vender a 1,80 num posto, e outro a 2,10. Quem é que a 2,10 sobrevive? Não sobrevive, quebra. Então,

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

ele vai ter que adulterar também a sua mercadoria, vai ter que entrar na concorrência do mercado, porque os setores que deveriam fazer a gerência dessa gestão não estão fazendo. Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que nós poderíamos dar uma prova, como conversei antecipadamente com o senhor, já de alguns fatos. O mercado de São Paulo, que é o nosso grande mercado do Brasil. Olha, nós temos uma das empresas, Scorpion Combustíveis, a TM Distribuidora, Axel, Amajor, Fórmula 1, são empresas que se situam em Guarulhos, em Paulínia, eu até já levantei todos os dados, acho que nós deveríamos fazer uma investigação, porque só nessas empresas estaremos mexendo com alguma coisa acima de 10% do mercado de São Paulo, de adulteração, de sonegação. Eu acho que nós poderemos — e eu já estaria apresentando ao senhor um requerimento nessa direção —, para que nós possamos fazer investigação nas próprias empresas, para que nós possamos buscar nos setores que possam nos dar proteção devida, de investigação, para que venha a esta CPI algum fato relevante, não de um posto de gasolina, mas de um dos tubarões dessa máfia que nós teremos que ceifar de uma maneira geral neste País. Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria aqui os deixar meu cumprimento os Dr. Luiz Gil.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, o rapaz da Taquigrafia me procurou para eu esclarecer o nome da empresa que eu citei quando questionei o Sr. Luiz Gil. Então, eu queria fazer menção de todo o despacho do Diretor da ANP, só para citar outras empresas também nesse sentido, para a gente ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O despacho diz o seguinte: “O *Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na portaria ANP nº 63, de 8 de abril de 1999, torna público os volumes autorizados, para a aquisição direta de centrais petroquímicas ou refinarias de petróleo, de solventes passíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de abril de 2003*”. Agrecom, 857m³; Akzo Nobel, 825; Anjo, 1.330, Aromat, 400, Artecota, 200; Atlanta, 2000, Belsul, 1.456; Benzoato do Brasil, 620; Best Química, 3.310; Cacique, 598; Carbono, 7.087; Chemisol, 2.042. E aí vai mais algumas empresas, chegando na IGK Kober com 6.330; Ipiranga Química, 7.489; mais algumas empresas. E chega à PETROBRAS Distribuidora, 19.337, chegando



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

logo depois na Unipar Divisão Química, com 12.735; Verquímica, com 4.000; Wal Petróleo, 3.000. Então, citei o nome de várias empresas. Eu tenho até uma dúvida, porque não tenho conhecimento da área, por que a PETROBRAS Distribuidora compra tantos metros cúbicos de solventes: 19.337 e mantém uma média, alguns meses vai para mais de 20 mil metros cúbicos de solventes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Antes de passar a palavra ao nobre Luiz Gil, foi importantíssima para nós esta audiência de hoje, cada vez mais nós estamos começando a entrar num rumo e eu acho que cada vez mais está fortalecido o nosso trabalho. Quero dizer que nós temos alguns requerimentos nossos que vão ser extremamente importantes para a outra fase da nossa CPI como as saídas locais, as audiências públicas nos Estados, a verificação dessas empresas que nós vamos começar a trabalhar. Há um sentimento na Comissão de que nós não vamos ficar aqui vendo bagrinho, só há um sentimento nosso enorme, não vamos querer trabalhar... Agora, é importantíssimo a gente estar conversando, vemos que vários Deputados já estão começando a se mexer, se especializando numa área. Hoje, aqui, querendo ou não, foi uma ajuda muito grande essa questão hoje do solvente, para nós foram os primeiros dados concretos de solventes que entraram nesta Comissão para nós, e agora vamos entrar na questão do álcool, que é importantíssimo nós nos aprofundarmos na discussão do álcool também. Então, quero, já de antemão, agradecer ao Sr. Luiz Gil Siuffo a sua explanação, a firmeza que tem nos dado aqui nesta Comissão, o trabalho, a dedicação e, ao mesmo tempo, a sua... Quando fala, fala enfático, pois tem vários anos de experiência. Está no mercado. E coisas que, alguns momentos, em outros, faltam essa firmeza quando são convidados a vir a esta Comissão. Então, Sr. Luiz Gil Siuffo.

O SR. LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA - Bem, em primeiro lugar, quero me dirigir ao Deputado Daniel e dizer, Deputado, que, com relação às declarações do Presidente Lula, eu faço minhas as suas palavras. Concordo que o Presidente não teve, naquele momento, a intenção de nos ofender. Eu já acabei, o senhor não tinha chegado. O Presidente foi induzido, naquela hora. O que é lamentável é que, por causa daquela forma sincera com que ele coloca sempre as coisas, transformaram aquela declaração dele numa caça às bruxas. E começaram a acusar os postos de tudo. Eu tenho certeza de que o Presidente não teve essa intenção. Eu gostaria de dizer ao senhor o seguinte: primeiro lugar, o senhor falou que existem postos de

**TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS**

gasolina com dificuldade, mas que os postos de gasolina, apesar de todas as dificuldades, o senhor não conhece nenhum posto de gasolina que tenha fechado. Poucos, o senhor disse. Posto de gasolina, Deputado, não quebra, troca de operador. Quando o operador está em dificuldade, a companhia bota ele para fora e bota outro no lugar. Salvador. O problema de Salvador não é construir mais postos, vão fazer mal à cidade. Nós estamos aí diante do problema ambiental que, nos Estados Unidos fecharam 120 mil postos. Quanto menos postos melhor, desde quando os postos se enquadrem dentro das exigências da lei de proteção ambiental. O que precisa, em Salvador, é quebrar o verdadeiro cartel que existe em Salvador. Setenta por cento dos postos, em Salvador, pertencem às distribuidoras que impõem aos vendedores um aluguel e impõe o preço que eles vendem. Porque cobram o mesmo preço praticamente para todos os postos. Para o senhor ter idéia, o Brasil, hoje, é o campeão mundial de postos de bandeira branca. Existem 10 mil postos de bandeira branca. Um terço da rede é bandeira branca. Na Bahia, não existe nenhum, em Salvador, porque os postos não pertencem aos revendedores. Se pertencessem, eles já tinham procurado uma outra fonte de suprimento, porque, quando ele procura outra fonte de suprimento, ele vira bandeira branca. O senhor entendeu? Então, na realidade, o problema não é construir mais postos. Não vamos fazer o que se fez em Belo Horizonte, que tem 400 e fecharam 30, nos últimos dias. E vão fechar muito mais, não talvez pela situação econômica, mas por exigência do meio ambiente. Bom, por outro lado, nós gostaríamos de dizer ao senhor o seguinte: nós somos uma categoria econômica que tem sensibilidade social. Eu quero dizer ao senhor que a lei que proibiu o *self-service*, no Brasil, apresentada pelo Deputado Aldo Rebelo, foi por nós apresentada ao Deputado Aldo Rebelo. Nós defendemos junto com ele. Nós, empresários, empregadores, porque nós empregamos 300 mil pessoas, Deputado. Quando acham que nós somos o elo mais fraco, estão enganados. Nós somos o mais fraco economicamente, mas politicamente nós não somos. Nós empregamos 300 mil pessoas. Se o cartel se instalar verdadeiramente no Brasil, nós vamos acabar com 200 mil empregos, através da automatização do sistema. Então, eu acho que o problema de Salvador realmente é fazer em Salvador cumprir a lei que estabelece a diferença entre revenda e distribuidora. Existe empresas... A Isso tem a Servacar — Servacar é uma “subsidiária” — entre aspas — que ela criou e que está operando os postos de gasolina dela. Então, na verdade,

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

estamos falando de coisas diferentes. Estão procurando atribuir a culpa a um setor, é uma forma de desviar a atenção do verdadeiro problema. Faço um apelo ao senhor, Deputado. Colocamo-nos à sua disposição, sou baiano, inclusive, sou cidadão de Salvador, gosto muito de minha terra, e acho que nesse ponto não seria bom construir mais postos em Salvador. Salvador é até um exemplo para o resto do Brasil, de planificação. Depois daquela abertura daqueles vales, Salvador ficou uma cidade realmente bem planejada. Em seguida, gostaria de falar ao Deputado Mauro Lopes, que falou, com muita firmeza, ao problema realmente que se deve encarar com seriedade. Mas quero dizer a ele que em Minas Gerais foi feito convênio entre a ANP, a Secretaria de Fazenda, e a Universidade Federal, e está sendo feita uma fiscalização em Minas Gerais hoje, como em poucos Estados do Brasil se faz. Acho que esse tipo de convênio deve ser estendido a todos os Estados. Deputado Gervásio Silva, Deputado, agradeço. Eu diria: O senhor está dando o caminho das pedras. Só que não querem, Deputado. Se o senhor for a Curitiba, quem está sendo perseguido pelo PROCON são os postos que não sonégam e não adulteram o produto, porque são os que estão vendendo gasolina pelo preço normal. Essa é a dura realidade, quer dizer, vender barato nem sempre é o correto. Vender barato é bom quando existe uma competição igual, que não se usa a prática anticompetitiva. Volto a dizer uma coisa: o senhor perguntou se seria o caso de voltar o controle. Acho que em parte, sim, deveria haver uma central para controlar toda a distribuição de álcool do Brasil. Se o Brasil quer progredir, prosperar, continuar com o PROÁLCOOL, é necessário que a ANP, o Governo assuma a responsabilidade de colocar, de forma descentralizada, nas regiões produtoras de álcool, postos, para onde seja o álcool conduzido. E lá, naquela base, ele venha a ser distribuído para as distribuidoras. Ainda que isso custe um pouco mais para o consumidor, é muito menos do que a sonegação e a adulteração que se faz com o produto. Então, aquele controle que era feito única e exclusivamente pela PETROBRAS, que causou prejuízos enormes à PETROBRAS, a PETROBRAS tinha que bancar o estoque, financiar o álcool, e, no fim, ela ainda era culpada pelos preços. Isso, evidentemente, não podemos jogar nas costas da PETROBRAS. Mas o Governo tem que assumir isso, como tem que assumir uma forma de impedir que o solvente seja vendido como combustível. Não é permitindo, como permitiu agora, a idéia, permitiu agora a figura do formulador, é o formulador que vai formular a gasolina. Já existem,



TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

inclusive, formuladores que, segundo dizem no mercado, já formulavam há muito tempo, agora estão com o atestado da ANP para fazer formulação legal. Deputado Gervásio Silva, já lhe falei; Deputado Alexandre Santos, agradeço a ele, inclusive por esse carinho que ele demonstrou pela revenda, e, inclusive, pelo conhecimento que ele tem da dramaticidade que vive o vendedor. Aos Srs. Deputados gostaria de dizer, inclusive ao Deputado Relator, que nós estamos à disposição desta Comissão. Sr. Presidente, o senhor pode nos convocar a qualquer momento, não para vir aqui falar ao microfone, para ir inclusive ao seu gabinete, se necessário, para dar toda e qualquer contribuição que entendemos e achamos que podemos dar. Gostaria de deixar registrado aqui que até 2 anos atrás, só uma entidade neste País clamava, gritava contra tudo isso, era a FECOMBUSTÍVEIS. Todas as denúncias que chegaram à ANP, que chegaram ao Governo foram feitas pela FECOMBUSTÍVEIS, porque nós fomos as primeiras vítimas; nós fomos os primeiros a sentir isso. Agora, é necessário que, realmente, a ANP exerça a sua função reguladora. Vamos apurar essa questão de postos serem operados direto por distribuidora. Aliás, isso foi defendido, na semana passada, por um Senador no plenário do Senado, inclusive dizendo que já estão os postos-escolas da PETROBRAS servindo como reguladores de mercado. Imaginem que nós imaginávamos que o posto-escola fosse para treinar profissionais. Ele está dizendo que os postos-escolas estão servindo para regular o mercado. Bom, é uma ilegalidade atestada, colocada por um Senador no plenário do Senado.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO SILVA - Sr. Presidente, eu fui o Relator do projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo e sei o quanto fui procurado para relatar contrário ao projeto do Deputado Aldo Rebelo na questão da proibição do *self-service*. Agora, o que nós precisamos, os Parlamentares, é prestar atenção — e, aí, há um verdadeiro cartel, não é o que se identifica como cartel no Brasil — o que aconteceu, Presidente Gil, o que aconteceu com a revenda na Argentina e no Chile. Lá, são as distribuidoras que operam. Aí, tem o exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Agradeço a presença dos convidados, dos membros desta Comissão e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Está encerrada a reunião.